

KAREN TEROSSI

**Discussão sobre a importância do jornalismo na
construção da esfera pública: o que diz o *Le Monde
Diplomatique Brasil* sobre os movimentos sociais**

**BAURU – SP
2009**

KAREN TEROSSI

**Discussão sobre a importância do jornalismo na
construção da esfera pública: o que diz o *Le Monde
Diplomatique Brasil* sobre os movimentos sociais**

**Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Faculdade de
Arquitetura, Artes e Comunicação da
Universidade Estadual Paulista –
Campus de Bauru, para obtenção do
título de Bacharel em Comunicação
Social – Jornalismo, orientado pelo
Prof. Dr. Maximiliano Martin
Vicente. Pesquisa financiada pela
Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de São Paulo (bolsa).**

**BAURU – SP
2009**

Ao meu avô, que nos deixou no dia em que cheguei a Bauru e aos meus pais. Dedico este trabalho a eles, pela confiança irrestrita nos meus sonhos, que nunca deixaram de ser nossos.

AGRADECIMENTOS

“No fim tu hás de ver
que as coisas mais leves são as únicas
que o vento não conseguiu levar”.
(Mário Quintana)

Mesmo apesar dos mais de 800 km de distância, das saudades acumuladas de quatro ou cinco meses, mesmo se privando de uma vida mais confortável nos últimos quatro anos, meus pais jamais cogitaram que eu desistisse da “ideia fixa” de ser jornalista. De onde tiraram tanta coragem e empenho, eu nunca adivinharei. Mas agradeço por todas as soluções criativas, pela confiança em coisas que eu mesma duvidei e pelo bom humor, característico da espontaneidade e das loucuras mais saudáveis que já presenciei.

Agradeço ao meu pai, pelos sábios conselhos que ele acha que nunca dei atenção, e à minha mãe pelas conversas confortantes e inteligentes. Ao meu irmão Leandro, pelas ironias e sagacidade intraduzíveis nas conversas pela internet, agradeço pela companhia. E à minha tia Lourdes, por todo tipo de ajuda que sempre se dispôs a oferecer.

Ao meu orientador Murilo, na trajetória de mais de 2 anos de pesquisa, pelo apoio, pelas conversas politizadas e por aquelas descomprometidas. Da mesma forma, agradeço ao Max, que me orientou neste trabalho, pela compreensão e pela sutileza de seus conselhos.

Aos professores Euclides e Aníbal, do CEFET-GO, e ao Marcelo Carbone pelos incentivos e importância inegáveis na minha formação.

À Layla e à Karen, simplesmente pela amizade inenarrável. Às amigas de Jataí, Aline, Fabiana e Ana, pelo amadurecimento compartilhado e em sintonia, apesar das experiências tão distintas. Ao Ferreira, pelo companheirismo e pelos conselhos tranquilizantes. Às amigas que fiz em Bauru, Karina, Manuela, Carol, Fernanda, Paulinha, Érica, Aline, Michelle e Flaviana, pelas conversas existenciais, pelo equilíbrio e respeito.

Ao carinho dos amigos Marquinhos, Fred, Led, “Dom” João Guilherme e Cyro. Ao meu amigo e filósofo Marcos, que tem “culpa” por metade das coisas que fiz na faculdade, pelos “pitacos”, pelas palavras irritantes e pelas ironias divertidas.

E especialmente à minha avó, pela simplicidade e dignidade de seus valores, e ao meu avô que se emocionou e planejou este momento, mas no dia em que cheguei a Bauru, partiu, me deixando esperanças e motivos para me tornar jornalista.

**A palavra era poderosa,
podia fazer com ela o que eu quisesse.**
Adélia Prado

TEROSSI, Karen. Discussão sobre a importância do jornalismo na construção da esfera pública: o que diz o *Le Monde Diplomatique Brasil* sobre os movimentos sociais, 2009, 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, 2009.

RESUMO

Dentro da perspectiva delineada por Jürgen Habermas, que delineia um conceito normativo de esfera pública e de sua importância na democracia, esta pesquisa se propõe a analisar como o jornalismo pode contribuir para a construção da opinião pública, que pressiona os poderes formais. Diante das mudanças nos modos de participação da sociedade civil no poder político, as informações e opiniões relacionadas aos movimentos sociais na imprensa são de extrema importância para a reflexão sobre a democracia. Com o objetivo de entender as contribuições do jornalismo sobre as questões levadas ao público pelos movimentos sociais, este trabalho propõe uma análise do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*. A partir do método de Análise de Conteúdo proposto por Laurence Bardin, que prioriza a análise qualitativa, a pesquisa busca compreender a constituição e as ideias presentes nos textos e sua relevância para os debates na esfera pública. Desse modo, busca-se apontar pontos positivos e negativos na cobertura jornalística do veículo, que possam contribuir tanto para a prática quanto para os estudos do jornalismo.

Palavras-chave: esfera pública; movimentos sociais; jornalismo; *Le Monde Diplomatique Brasil*.

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo 1. Esfera pública democrática: conceitos e problematizações	11
1.1 Qual democracia?	11
1.2 Os espaços público e privado	13
1.3 Formulando o conceito de esfera pública	17
1.3.1 Discursividade e argumentação	21
1.3.2 Publicidade	23
1.3.3 Opinião Pública	24
1.4 Múltiplas esferas	25
1.5 Esfera pública midiática	27
1.5.1 Pluralidade	33
Capítulo 2. Os movimentos sociais	36
2.1 O que dizem as teorias sobre movimentos sociais	36
2.2 Sobre as condições de luta dos movimentos sociais no Brasil	45
2.3 Os movimentos sociais na imprensa	48
Capítulo 3. Análise do <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	52
3.1 O <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i>	52
3.2 Metodologia	53
3.3 Categorias de análise	54
3.3.1 Democracia	54
3.3.2 Cidadania Social	57
3.3.3 Capitalismo	68
3.3.4 Pressão ao governo/ papel do Estado	70
3.3.5 Organização interna e articulações externas	77
3.3.6 Humanização	83
Capítulo 4. O <i>Le Monde Diplomatique Brasil</i> e o debate público	85
Considerações finais	90
Referências bibliográficas	93

INTRODUÇÃO

O aprofundamento das discussões sobre o aperfeiçoamento democrático e sobre os problemas que as democracias contemporâneas enfrentam hoje passa, necessariamente pelas articulações que a política estabelece com o campo da comunicação, uma vez que estas relações são cada vez mais necessárias e visíveis aos cidadãos.

A participação na vida coletiva implica uma séria responsabilidade moral, que se refere ao dever do cidadão de se informar para exercer o voto e de cobrar os representantes, por meio da opinião pública. A opinião pública não pode ser um mero agregado de opiniões episódicas, mas sim o resultado de discussões que consigam elevar o nível de entendimento dos cidadãos sobre as questões públicas.

Para adquirir a competência cívica, os cidadãos precisam de oportunidades para expressar seus pontos de vista, aprender uns com os outros, discutir e deliberar, ler, escutar e questionar especialistas, candidatos políticos e pessoas em cujas opiniões confiem – e aprender de outras maneiras que dependem da liberdade de expressão (DAHL, 2001, p. 110).

Nesse sentido, a imprensa tem papel central na vida política contemporânea (MIGUEL, 2002b), uma vez que exerce a função não só de mediação como também de processamento de informações importantes para a prática democrática. Se a liberdade de imprensa é um dos alicerces da democracia ditada pelos liberais, o direito à informação passou a ser essencial ao aperfeiçoamento democrático, como um “direito-meio” (GENTILLI, 2005, p. 118) para a luta por justiça social e expansão da cidadania.

Cabe questionar, então, como as potencialidades dos meios de comunicação podem ser mobilizadas pelo jornalismo, sem cair nas armadilhas da sedução da opinião pública para mera aclamação das decisões tomadas nas

instâncias formais do poder. Para tratar destas questões, propomos uma revisão e algumas críticas do conceito de esfera pública, formulado por Jürgen Habermas. A relevância do pensamento de Habermas está justamente em articular as práticas democráticas aos meios de comunicação e, apesar do tom por vezes pessimista, abrir brechas para a busca de alternativas políticas pelos atores sociais.

Considerando a importância que a sociedade civil tem adquirido nas democracias contemporâneas e a relevância de suas demandas na esfera pública, tratamos também de algumas questões teóricas sobre os movimentos sociais e das novas relações que eles estabelecem com a sociedade civil em geral e com o poder estatal.

A partir desses dois eixos teóricos, buscamos uma articulação com o campo de estudos da comunicação, por meio da análise das representações dos movimentos sociais no jornalismo do *Le Monde Diplomatique Brasil*. Para isso, recorreremos ao método da Análise de Conteúdo, dentro da proposta de Laurence Bardin (1988), que prioriza procedimentos de análise qualitativa aos de análise estatística. A análise qualitativa parece mais adequada, neste caso, por conta da necessidade de entender como são construídas as argumentações relacionadas aos movimentos sociais na publicação.

A opção por estudar uma publicação que define seu conteúdo como “jornalismo crítico”¹ derivou do ceticismo da pesquisadora quanto às reais contribuições que o jornalismo pode oferecer à democracia. As conclusões de uma pesquisa anterior² evidenciou, entre outras características, a superficialidade e deficiências na apuração de informações sobre movimentos sociais rurais nos jornais de maior circulação no estado de São Paulo³. Por se tratar de uma questão extremamente relevante para a sociedade brasileira, ficou

¹ Consta no site do próprio *Le Monde Diplomatique Brasil*: <http://diplo.uol.com.br/2007-08,a1327>

² A pesquisa foi realizada com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sob a forma de Bolsa de Iniciação Científica.

³ Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

evidente a necessidade de pensar novas formas de cobertura jornalística que superem as deficiências do jornalismo da grande imprensa. Por isso, a escolha de um jornal mensal e que se apresenta como alternativa àquela, serviu para a busca de pontos negativos e positivos em sua cobertura jornalística. Por meio deste trabalho, pretendemos oferecer alguns subsídios para os estudos do jornalismo e para a própria prática jornalística.

Ainda que Habermas seja considerado um “filósofo” da comunicação (SOUSA, 2006, p. 60) e grande parte das teorias trabalhadas aqui sejam das ciências políticas e sociais, defendemos a importância dos estudos multidisciplinares sobre o jornalismo, mesmo porque a comunicação é um fenômeno social, que interage com os objetos de estudo dessas outras ciências.

CAPÍTULO 1

ESFERA PÚBLICA DEMOCRÁTICA: CONCEITO E PROBLEMATIZAÇÕES

1.1 Qual democracia?

Até a década de 1980, a maioria das pessoas no mundo estava sob regimes autoritários, comandados por líderes pouco comprometidos com o bem-estar público. A contradição existente no fato da sociedade ser governada por um poder dela desvinculado expôs, aos poucos, os governos não-democráticos a um ceticismo sobre a atuação do poder político. Como um governo pode defender os interesses da sociedade como um todo, se a ela não está vinculado por mecanismos de controle do poder?

A exacerbação dessa contradição, tanto materialmente quanto no pensamento moderno, levou e continua levando muitos povos a adotarem ou lutarem pela democracia. Fica cada vez mais claro que um governo despótico não consegue promover o bem comum de sociedades complexas e, ainda, lidar com os outros povos de modo pacífico.

(...) líderes movidos por megalomania, paranóia, interesse pessoal, ideologia, nacionalismo, fé religiosa, convicções de superioridade inata, pura emoção ou simples impulso exploraram as excepcionais capacidades de coerção e violência do estado para atender a seus próprios fins. Os custos humanos do governo despótico rivalizam com os custos da doença, da fome e da guerra (DAHL, 2001, p. 59).

A luta pela democracia é uma luta pela soberania popular, assentada em instituições e direitos, ou seja, a democracia não é apenas um regime de governo. Trata-se de um “conjunto de regras”, na definição de Norberto Bobbio (2000, p. 30), “que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas

e com quais procedimentos”. O conteúdo mínimo das democracias contemporâneas de fato contém a atribuição do direito de participação política aos cidadãos, tendo como modalidade de decisão, direta ou indireta, o princípio da maioria. Para que isso se realize, os indivíduos devem ser colocados diante de “alternativas reais de escolha”, e daí a necessidade de se garantir as liberdades básicas do indivíduo, o sufrágio universal, a existência e concorrência de partidos políticos e as eleições periódicas.

Entretanto, recaem fortes críticas sobre esta concepção de democracia, que vão desde a insuficiência de direitos políticos e civis com relação aos problemas sociais, até os problemas procedimentais que levam, por exemplo, o cidadão a ter papel nas eleições meramente “reativo” (MIGUEL, 2002a, p. 485). Uma crítica importante refere-se à contradição entre liberdade privada e competência política, uma vez que a imbricação de interesses pessoais na esfera pública pode comprometer o caráter republicano das decisões políticas. Habermas acredita, no entanto, que “não é preciso um modelo oposto que corrija o viés individualista do sistema de direitos”, mas que “ocorra a realização coerente desse viés” (HABERMAS, 2007, p. 243). Segundo o autor,

(...) os cidadãos só podem fazer um uso adequado de sua autonomia pública quando são independentes o bastante, em razão de uma autonomia privada que esteja equanimemente assegurada; mas também no fato de que só poderão chegar a uma regulamentação capaz de gerar consenso, se fizerem uso adequado de sua autonomia política como cidadãos do Estado (ibidem, p. 301-302).

Habermas considera que a tomada de decisões políticas pelas instâncias formais do poder deve levar conta os entendimentos produzidos na esfera pública. As liberdades de expressão e de opinião, aliadas à participação política,

em um contexto de debate, gerariam “consenso”⁴ sobre a coisa pública e resultariam em decisões políticas democráticas. Como expoente das teorias sobre democracia deliberativa, Habermas propõe a que a “autolegislação” seja baseada na intersubjetividade, no diálogo.

A inclusão da perspectiva dos atores da sociedade civil no debate público, ampliando a definição dos problemas sociais, demanda um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva (HABERMAS, 1997b, p. 18).

Concentrando suas expectativas na pressão da opinião pública sobre as esferas institucionais do poder político, Habermas formula, na década de 1960, o conceito de “esfera pública”, que designa o espaço de disputa por sentido entre os atores sociais, sobre assuntos de interesse da coletividade.

1.2 Os espaços público e privado

Para compreender o conceito de esfera pública, formulado em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas (1984) traça um histórico desta noção, que define alguns contornos da divisão entre público e privado. Tal divisão surgiu muito antes da sociedade burguesa, na cidade-estado grega. A *polis*, comum aos cidadãos livres, era separada da esfera privada, sendo que a participação na vida pública dependia da autonomia privada. Constituída sobre o despotismo, era o “reino da necessidade e da transitoriedade” que permanecia “mergulhado nas sombras da esfera privada” (ibidem, p. 16). Por outro lado, para os gregos antigos, o espaço público era mais relevante e o *locus* da liberdade para a conversação, em que as virtudes dos indivíduos podiam ser reconhecidas.

⁴ Como será visto adiante, não se trata de concordância de pontos de vista entre os atores sociais, mas do consenso da necessidade do diálogo para resolver problemas coletivos.

Segundo Habermas, esta esfera pública possui força normativa atualmente, colocando-se de lado a formação social que lhe era subjacente.

Na Idade Média, este modelo clássico acabou se diluindo, ou seja, desapareceu a antítese entre esfera pública e esfera privada: a dominação fundiária não estava vinculada a uma “autonomia pública”. Contudo, há uma relação “público x privado” nos elementos feudais, como, por exemplo, o domínio comunal, que era publicamente acessível e relativamente independente dos interesses e privilégios particulares dos senhores feudais. A representatividade pública era, portanto, antes uma marca de status, uma vez que o senhor fundiário, neutro dos critérios de público e privado, corporificava um poder superior na esfera privada.

Enquanto o príncipe e seus terra-tenentes ‘são’ o país, ao invés de simplesmente colocar-se em lugar dele, eles só podem representar num sentido específico: eles representam a sua dominação, ao invés de o fazer *pele* povo, fazem-no *perante* o povo (ibidem, p. 20).

Na transição para a Idade Moderna, com o fortalecimento do poder absolutista dos reis e a formação dos Estados Nacionais, os poderes feudais dividiram-se entre privados e públicos. A Igreja tornou-se coisa privada, o orçamento público foi separado dos bens privados do senhor fundiário e, por fim, a burocracia e o exército objetivaram as instituições do poder estatal. Entretanto, a representatividade pública ainda era “perante” o povo: havia uma corte que, por meio da publicidade, era cindida dos súditos, possuidores de interesses privados, enquanto a autoridade do soberano se baseava em um suposto bem geral.

À medida que o capitalismo se consolida, a sociedade burguesa se contrapõe ao Estado como “genuíno setor da autonomia privada” (ibidem, p. 25). Com a crescente relevância pública da esfera privada (comércio, produção),

o Estado passou a intervir na economia, institucionalizando o intercâmbio de mercadorias, isto é, cobrando impostos sobre ele, o que contribuiu decisivamente para o fortalecimento estatal. Público passou a ser, então, sinônimo de estatal, e a se expressar na esfera do poder público, objetivado na administração e no exército permanentes.

Dentro desta ordem política, a burguesia em ascensão não detinha o poder e, por isso, a opinião pública começou a se configurar como um mecanismo de sua defesa em relação à autoridade estatal. Pode-se dizer que na Inglaterra se formou a primeira esfera pública, devido ao conflito entre interesses restritivos do capital comercial, controlado pelo Estado, e os interesses expansivos do capital industrial, com fundamentos liberais. Tais interesses antagonistas apelaram à formação de uma opinião pública para pressionar as autoridades políticas pelos direitos liberais, como modo de emancipação humana.

A conscientização deste público decorre do processo de publicação de certas informações importantes para a burguesia, as quais antes não passavam de um caráter epistolar. Na esfera privada pré-capitalista, a troca de informações sobre assuntos privados era feita irregularmente entre particulares, por meio de correspondências privadas com notícias políticas e econômicas ou folhetins com “novidades” importantes para os comerciantes. A esfera pública se debruçava sobre assuntos literários e, portanto, não possuía configuração política.

Aos poucos, a esfera pública pré-revolucionária como “esfera pública literária”, organizada nos *coffee houses* e *salons*, começou a colocar em xeque os direitos feudais. Com as Revoluções Burguesas, o Parlamento na Inglaterra, por exemplo, se apresentava como um órgão em que a opinião pública possuía forte influência (apesar de não ter predomínio sobre suas decisões) e, portanto, a esfera pública tinha cada vez mais caráter de instituição da sociedade civil com determinado poder político. E se o Parlamento tinha vozes liberais, a superação

da censura foi o primeiro passo para que o desenvolvimento da esfera pública levasse os debates à imprensa.

Em razão da transformação dos jornais impressos em mercadorias, a imprensa ganhou força na formação da opinião pública, devido ao aumento da tiragem e à periodicidade. No início do século XVIII, surgiram os primeiros jornais autônomos, que faziam oposição ao governo inglês. “A imprensa se estabelece como órgão crítico de um público que pensa política: como quarto estado” (ibidem, p. 78). Além de informações, o público recebia, por meio destes jornais, artigos e resenhas que acabavam por ajudar na formação da chamada opinião pública, que julga e pressiona o poder público. O público é visto, então, como capaz de formar opiniões fundamentadas e de valor argumentativo, não mais tratadas como “senso comum” ou “senso popular”.

Institucionalizados, tais comentários e tais críticas de medidas da Coroa e de deliberações do Parlamento, modificam a natureza do poder público, chamado agora perante o fórum do público. Através disso, o poder torna-se ‘público’ em duplo sentido (ibidem, p. 78).

Já na França, a Revolução fez surgir clubes partidários com uma imprensa política diária vinculada a eles. A Constituição de 1791, por fim, legitima juridicamente a esfera pública, uma vez que garante a livre comunicação de idéias e opiniões.

A partir de então, segundo Habermas, vai se fortalecendo a ideia de que toda dominação e autoridade não são legítimas se não se submeterem à esfera pública. A argumentação, que serve também ao esclarecimento, tem valor contratual, o que representava um avanço em relação ao autoritarismo do Antigo Regime.

1.3 Formulando o conceito de esfera pública

Em *Direito e Democracia*, Habermas (1997a) afirma que a esfera pública é um fenômeno social elementar, entendida como a esfera das pessoas privadas reunidas em público. De uma esfera do poder estatal, a esfera pública passou a ser um fórum “para onde se dirigiam as pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública” (HABERMAS, 1984, p. 40).

Para entender esta contraposição “público x privado”, Habermas esquematiza a estrutura básica da esfera pública política do século XVIII. Segundo o autor, esta é formada pelo setor privado e pela esfera do poder público. O poder público é formado pelo Estado e pela Corte, enquanto o setor das pessoas privadas é composto pela sociedade civil e suas instituições, como a família e o setor de troca de mercadorias e trabalho social. É ainda dentro do setor privado que se insere a esfera pública política, que faz a intermediação entre o Estado e as necessidades da sociedade, por meio da opinião pública. Portanto, “dentro do setor restrito às pessoas privadas, distinguimos entre esfera privada e esfera pública” (ibidem, p. 46). Esta configuração demonstra que, com o enfraquecimento do Antigo Regime, a burguesia passou a compor a esfera pública que antes era exclusividade da Corte.

Deve-se tomar cuidado, no entanto, ao pensar a esfera pública se limitando à correlação institucional de público, imprensa e partidos e ao confronto de autoridade com publicidade, o que leva a uma análise restrita. A sociedade burguesa como um todo deve ser pensada, em que o intercâmbio de mercadorias e trabalho social se emancipa do Estado. A esfera pública, portanto, passa a ter o status de “órgão de automediação da sociedade burguesa com um poder estatal que corresponda às suas necessidades” (ibidem, p. 93).

Com o desenvolvimento pleno do Estado de Direito, a burguesia conseguiu sua emancipação enquanto esfera privada e, por isso, pode-se dizer

que esta esfera pública tem como base a identidade fictícia das pessoas privadas, “em seus duplos papéis de proprietários e de meros seres humanos” (ibidem, p. 74). Habermas reconhece, neste ponto, que se trata de uma esfera formada somente pelo público leitor burguês, uma vez que os critérios de admissão (formação cultural e propriedade) impediam o acesso de todos à esfera pública.

Entretanto, cabe aqui uma crítica ao conceito do autor, por negligenciar outras formas de atividades públicas existentes na Europa nos séculos XVII, XVIII e XIX, como os movimentos de operários (THOMPSON, 1998). Ao contrário do que Habermas evidencia, a exclusão dos grupos não-burgueses não era algo contingente, mas essencial para pensar a configuração e importância da esfera pública.

Embora não trate destas formas de participação política, Habermas reconhece a inconsistência no argumento liberal de que seria possível a qualquer indivíduo, com esforço e sorte, conquistar propriedade e formação educacional necessários ao ingresso na esfera pública. Apesar destas premissas não corresponderem à realidade, o modelo é verossímil para ser identificado com o interesse geral, e a opinião formada nesta esfera pública burguesa é identificada com a opinião pública, sobre a qual as classes subalternas não têm participação. O que se infere deste modelo liberal, é que é pouco democrático porque excludente. Uma sociedade é mais democrática à medida que a esfera pública deliberativa seja mais inclusiva, à medida que as instâncias deliberativas mais gerais tomem a forma de esfera pública, como concorda Wilson Gomes, também da linha teórica habermasiana:

Nesse sentido, é importante que não só a instância deliberativa mais geral – o Parlamento – funcione como esfera pública, mas quanto mais as micro-redes de decisão no interior do tecido social funcionarem como esfera pública, mais democrática será esta sociedade, mais enraizada será a cultura democrática na alma dos indivíduos (GOMES, 1998b, p. 5).

De qualquer forma, ainda que, a partir da modernidade, vigorem formas representativas de democracia, os processos de discussão sobre assuntos da coletividade não ocorrem somente dentro dos parlamentos. A esfera pública é o *locus* da formação da opinião pública, que pressiona os poderes instituídos. Neste esquema, as instituições (parlamento, governo) ocupam posição central na democracia, enquanto na periferia está a esfera pública que produz a opinião pública.

A partir das Revoluções Burguesas, Habermas (1984) considera que a divisão entre público e privado tomou os contornos que tem hoje. A esfera privada é delineada pelas liberdades do indivíduo e pela garantia da propriedade. Já a esfera pública é delimitada pelas liberdades de opinião, expressão, de imprensa, reunião e associação e tem, como instrumento e instituições, a imprensa e os partidos. Levando-se em conta a divisão “público x privado”, enquanto os liberais enfatizam as liberdades individuais e os republicanos a busca do “bem comum”, Habermas demonstra sua preferência pela centralidade da esfera pública no processo democrático. Dentre as teorias democráticas, a concepção deliberativa acentua a necessidade de discussão pública para a formação de preferências, pois ela teria função de legitimar as decisões políticas tomadas nas instâncias políticas formais. A soberania do povo, portanto, está vinculada ao debate público de assuntos políticos, que assegura sua participação política na democracia, conforme outros autores desta corrente.

As decisões afetando o bem-estar de uma coletividade devem ser o resultado de um procedimento de deliberação livre e razoável entre os cidadãos considerados iguais moral e politicamente (BENHABIB, 1996, *apud* MAIA, 2003, p. 1).

Como teórico da democracia deliberativa, Habermas justifica a importância do discurso, porque tem o “sentido cognitivo de filtrar contribuições e temas, argumentos e informações” (HABERMAS, 1997a, p. 191) e o sentido prático de produzir entendimentos sem o uso da violência. Autora da corrente deliberacionista, Maia considera que

A política deliberativa afirma a necessidade de os cidadãos e seus representantes justificarem as decisões tomadas e as regras impostas, de modo público, para produzir uma vinculação legitimamente democrática, através de um processo dinâmico (MAIA, 2006, p. 6).

Os entendimentos produzidos pelas discussões configuram a opinião pública, definida como o conjunto de posições consensuais ou concepções e preferências resultante da discussão crítica (HABERMAS, 1984, p. 116). A opinião pública é, pois, a vontade que se legitima como razão e impõe seu caráter normativo de legitimação das leis (HABERMAS, 1997b, p. 28). Além de legitimar as normas sociais por meio da opinião pública, a esfera pública tem a função de vigiar e pressionar os poderes. Portanto, a vigilância na democracia não é exercida somente por aparelhos do Estado (Conselhos de Ética, Comissões Parlamentares de Inquérito, Ministério Público, Corregedorias, Judiciário).

A esfera pública constitui, dessa maneira, um instrumento de pressão da sociedade realizada por meio da comunicação, ou seja, dos discursos e argumentos. O debate público é orientado por alguns critérios que, mesmo não-reais, são institucionalizados como parâmetros. A noção de esfera pública corresponde, assim, a um ideal normativo, útil para distinguir um debate mais

deliberativo de outro menos e, conseqüentemente, aperfeiçoar a deliberação e a democracia. Para compreender melhor esse conceito normativo de esfera pública, dois princípios que a orientam devem ser analisados: a discursividade ou argumentação e a publicidade.

1.3.1 Discursividade e argumentação

Por conta dos conflitos existentes na sociedade, a ação comunicativa é vista por Habermas (1984) como a busca do “entendimento mútuo”, orientada pela razão. No processo dialógico que procura resolver conflitos e problemas comuns, são demandadas argumentações racionais entre os debatedores, para proteger a discussão de influências autoritárias (não-comunicativas), como o poder, o dinheiro e a hierarquia social. Desta forma, ao mesmo tempo em que não há coerções, os argumentos são uma prática pedagógica por permitirem o esclarecimento sobre assuntos de relevância pública.

A racionalidade implica, dentro da busca do entendimento, uma expectativa de que os participantes sejam críticos em relação às suas próprias preferências. Frente a melhores argumentos, devem ter maioria racional para superarem suas idéias prévias, seus pré-conceitos. Por isso, Habermas diz que uma das condições do debate na esfera pública é a “problematização de setores que até então não eram considerados questionáveis” (ibidem, p. 52).

Admitindo a inclusividade, ou seja, que qualquer assunto possa ser discutido, à esfera pública é imprescindível que seja possível também a introdução de qualquer argumento, ou seja, “as questões discutíveis tornam-se ‘gerais’ não só no sentido de sua relevância, mas também de sua acessibilidade: todos devem *poder* participar”. (ibidem, p. 53). A discussão entre as pessoas privadas deve se guiar, assim, pela paridade, que “significa a igualdade do ‘simplesmente humano”’ (ibidem, p. 52). Todos os participantes dos debates devem estar em condições iguais tanto moral quanto politicamente.

É neste ponto que recaem fortes críticas à concepção normativa de Habermas, como aquela feita por Michael Löwi (1992), que considera a ação comunicativa “baseada em uma relação intersubjetiva e orientada para a intercompreensão” uma utopia, uma vez que não se pode desconsiderar, mesmo no diálogo, a busca de sucessos particulares pelos atores envolvidos.

Como se os conflitos de interesses e de valores entre classes sociais, ou a "guerra dos deuses" na sociedade atual, entre posições morais, religiosas ou políticas antagônicas, pudessem ser resolvidos por um simples paradigma de comunicação intersubjetiva, de livre discussão racional. É como se a atividade comunicativa pudesse ser inteiramente separada da atividade instrumental (a produção econômica, o poder político etc.) (ibidem, p. 126).

Já Luís Felipe Miguel (2000) critica o modelo habermasiano porque, na realidade, indivíduos em posições diferentes na sociedade têm diferentes graus de eficácia discursiva, e nem sempre são preparados para a reflexão sobre assuntos de interesse coletivo. Outro problema apontado é que a necessidade da “razão” exige determinado comportamento ético dos participantes diante da discussão de seus interesses, o que constitui um equilíbrio frágil. Há de se levar em conta o uso de mentiras, as chantagens e a insistência nos pontos de vista prévios. Além disso, para Miguel, a obtenção do consenso é uma ilusão racionalista, porque em uma discussão são valores irreduzíveis uns aos outros que se chocam. Para ele, no modelo deliberativo falta um “choque de realidade, que permita incorporar elementos como a desigualdade social, o conflito irreduzível de interesses e de valores” (ibidem, p. 64).

Sem dúvida, o critério da razão constitui um equilíbrio frágil para a configuração dos debates públicos, mas não deixa de ser importante para questionar a realidade, em que as condições dos participantes são muito diferentes entre si. É nesse sentido que, ao tratar o modelo como um ideal

normativo, Maia (2006, p. 6) considera essencial para a construção do debate público “neutralizar o potencial de opressão e assimetrias de poder; estimular o interesse, o grau de informação e o engajamento dos cidadãos e dos representantes em debates públicos”.

1.3.2 Publicidade

A racionalidade e a acessibilidade têm na “publicidade” um mecanismo de seu controle. Se o segredo mantém a dominação, a publicidade impõe a razão, porque submete os argumentos à opinião pública. A publicidade pode ser entendida não somente como a propriedade das coisas visíveis (GOMES, 1998b), como também no sentido de algo que, além de ser exposto socialmente, deve “satisfazer certas regras pragmáticas que possibilitam o debate e a argumentação” (MAIA, 2003, p. 4).

A partir disso, Maia aponta três níveis em que a publicidade opera. Primeiramente, a publicidade “cria um espaço para deliberação”, uma vez que somente com o conhecimento dos atos e intenções se gera o diálogo racional com o objetivo de solucionar problemáticas. Em segundo lugar, “a publicidade governa o processo de deliberação” (ibidem, p. 5), o que significa que é em função dela que as falas dos interlocutores são articuladas porque, ao serem chamados a enunciar seus argumentos e suportar suas críticas, devem levar em conta o público em que a discussão está inserida.

O intercâmbio de razões feito em público precisa operar com ‘razões’ que possam ser compreendidas e que, ainda, possam ser potencialmente aceitáveis, i.e justificáveis numa dada situação ou num dado contexto (ibidem, p. 5).

E, por fim, “a publicidade produz um padrão para julgar os acordos” (ibidem, p. 6), posto que é condição a que o debate está submetido, implicando

o uso da razão para uma audiência inclusiva e numa dada situação de liberdade de assentimento e dissenso. É devido à publicidade dos argumentos racionais que é possível “descortinar as limitações das razões em jogo e as restrições presentes no próprio processo deliberativo”.

Assim, é por meio da publicidade que se garante a **inclusividade** dos assuntos e a **acessibilidade** dos indivíduos reunidos em um público. Tornar as razões públicas, portanto, diminui as chances de se excluírem interesses legítimos ou opiniões dissidentes. Na democracia, a publicidade é uma das formas de garantir o vínculo entre representantes e representados.

1.3.3 Opinião Pública

Conforme já mencionado, a esfera pública forma a opinião pública, que devido ao seu potencial crítico e de controle da autoridade do Estado, garante a soberania popular. A importância do pensamento de Habermas não está, portanto, na suposição de que seja possível à esfera pública efetiva tomada de decisões políticas, mas sim na construção de razões públicas que exerçam influência sobre as instituições responsáveis por tais decisões.

Por ser a publicidade um princípio importante na construção da opinião pública, é necessário distinguir a publicidade manipulativa da publicidade crítica, tratada por Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. A publicidade manipulativa é voltada à “opinião não-pública” e busca seduzir o indivíduo para a mera aclamação na esfera pública. Já a publicidade crítica direciona e é direcionada para a opinião pública.

Habermas chama a atenção para a opinião pública reduzida à opinião dos cidadãos relativamente mais informados, o denominado “discurso competente” de que trata Marilena Chauí (1982): a custo da acessibilidade, tenta-se salvar a racionalidade do debate público. O autor também critica a noção de opinião pública ligada ao parlamento. A opinião pública, para

Habermas, não pode ser a concepção dominante no parlamento, em que pesam os partidos políticos como autênticos representantes da opinião pública de todos os cidadãos. A crítica de Habermas se estende para a despolitização da opinião pública, reduzida à opinião de massa. As pesquisas de opinião pública são a confirmação da dissolução da opinião pública em um conceito de caráter sócio-psicológico.

(...) [A opinião pública] passa a ser considerada como produto de um processo de comunicação intrínseca às massas, que não está preso nem ao princípio do uso público da razão, nem ligado à dominação política (HABERMAS, 1984, p. 279).

Se a soberania popular está vinculada à esfera pública, é importante observar como a publicidade manipulativa, o discurso competente, as ideologias partidárias e as pesquisas de opinião a influenciam. Do cuidado nestes aspectos depende o processo de aperfeiçoamento democrático.

1.4 Múltiplas esferas

Em *Direito e Democracia*, Habermas deixa claro que a esfera pública não se restringe à noção de indivíduos em uma situação de fala face-a-face. A esfera pública não é, portanto, um lugar, mas sim uma “estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo” (HABERMAS, 1997b, p. 92). A esfera pública não é uma arena apenas, mas uma rede para a comunicação de conteúdos específicos. Na sociedade contemporânea, composta por diversos grupos sociais com interesses diferentes – e até mesmo antagônicos –, se formam várias esferas de discussão que se sobrepõem umas as outras.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos (ibidem, p.107).

Essas esferas que formam a esfera pública articulam-se de acordo com os pontos de vista e temas, formando esferas públicas especializadas. A configuração da esfera pública é, portanto, descentralizada a partir de arenas de discussão na sociedade civil. A ideia de que seria uma única arena, totalizante, em que um grande público discute todos os temas não cabe, pois, em uma sociedade complexa como a atual. Esta rede inclusiva de esferas públicas, “cujas fronteiras reais, sociais e temporais são fluidas” (ibidem, p. 33), pode, no entanto, ter três tipos diferenciados, que Habermas delineia para ajustar à sociedade atual e que Maia (2006) esquematiza.

As conversas informais constituem a “esfera pública episódica”, em que as interações são simples e as trocas argumentativas são efêmeras ou de curto alcance. Com poucos participantes, a discussão é conduzida muitas vezes pelos valores e interesses dos participantes. Nestas “conversas”, os participantes produzem sentidos para suas próprias condições e conseguem entender melhor suas necessidades, tanto no plano individual quanto no plano coletivo.

A “esfera pública de presença organizada” precisa ser compreendida haja vista a complexidade da sociedade, com seus diversos grupos sociais. Muitos deles se organizam com procedimentos de comunicação mais formais e as discussões travadas na esfera episódica são levadas para um debate mais amplo, de modo a captar os problemas sociais que ressoam na esfera pública e traduzi-los em problemas gerais. A regularidade destas discussões realiza pressão mais efetiva (ainda que fraca) sobre os sistemas políticos formais e contribui na busca ativa de soluções. Além disso, é necessário lembrar a

contribuição de tais debates para a educação cívica e o provimento de informações.

Por fim, Habermas trata da denominada “esfera pública abstrata”, que é aquela produzida pela mídia. É denominada abstrata porque

Quanto mais elas [as esferas públicas] se desligam de sua presença física [...] tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (HABERMAS, 1997b, p. 93).

1.5 Esfera pública midiática

Observando a complexidade das sociedades democráticas, não é possível imaginar a deliberação sem formas de mediação. A esfera produzida pela mídia conecta seu público de “leitores, ouvintes, espectadores singulares e espalhados globalmente” (ibidem, p. 107). Os discursos e acontecimentos podem ser tornados públicos por meio da mídia, por ela oferecer suporte técnico e materialidade, ou seja, a comunicação independe de uma situação de co-presença dos indivíduos.

Na sociedade contemporânea não há espaço de exposição, de exibição, de visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, de discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema dos *mass media* (GOMES, 1998b, p. 1) .

Em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas considera a imprensa (remetendo-se à imprensa opinativa burguesa da época das revoluções) um instrumento da opinião pública. Segundo ele, a dinâmica da imprensa estimularia os cidadãos a procurarem a verdade e dizê-la ao poder, na forma de pressão política. Como importante instituição para divulgação de ideias e o

estabelecimento de um debate político na sociedade burguesa, a imprensa teria uma função constitutiva relevante da esfera pública. Segundo Jorge Pedro Sousa (2006), as Revoluções Burguesas estão na gênese do denominado “Modelo Ocidental de Jornalismo”, que preconiza a independência da imprensa em relação ao Estado.

Entretanto, para Habermas, com a consolidação do Estado de Direito, os debates públicos aconteceriam supostamente nos Parlamentos, o que já representa um problema uma vez que ao contrário de protegerem os indivíduos contra o Estado, situam-se dentro dele e para legitimá-lo. “Essa função mediadora passa do público para aquelas instituições que (...) exercem o poder e a distribuição do poder num jogo com o aparelho do Estado” (HABERMAS, 1984, p. 209).

A esfera pública teria perdido sua capacidade de influenciar as decisões políticas, que agora são tomadas nos gabinetes e câmaras do poder, fora do conhecimento público. As decisões tomadas não-publicamente são apresentadas ao público e mesmo ao parlamento, e a esfera pública se conserva apenas com função de aclamação das decisões tomadas nos bastidores da política, o que Habermas considera uma “refeudalização” do espaço público.

O processo, politicamente relevante, do exercício e do reequilíbrio dos poderes transcorre diretamente entre as administrações privadas, as associações, os partidos e administração pública; o público enquanto tal só esporadicamente é inserido neste circuito do poder e, então, apenas também para que aclame (ibidem, p. 208).

Desta forma, a participação política dos cidadãos se resumiria ao voto nas eleições para representantes políticos. E a esfera pública midiática, neste caso, seria somente uma “esfera de representação pública de posições geradas de forma não-pública” (GOMES, 1998b, p. 4). Como já havia dito Habermas,

(...) nisso, preocupam-se [as instituições políticas], através dos mídias que lhes fossem mais favoráveis, no sentido de obter do público mediatizado um assentimento ou ao menos uma tolerância (HABERMAS, 1984, p. 209).

Com o surgimento dos meios de comunicação de massa, possíveis discussões da esfera pública são absorvidas por eles e esvaziadas de seu sentido político. A lógica destes meios de transformar informação e opinião em mercadoria tem influência sobre a qualidade de seu conteúdo, que passa a se pautar pelas possibilidades de venda.

Não mais apenas a difusão e escolha, a apresentação e a embalagem das obras – mas a própria criação delas enquanto tais – se orienta, nos setores amplos da cultura dos consumidores, conforme pontos de vista da estratégia de vendas no mercado. (ibidem, p. 195)

Assim, apesar de o mercado permitir a um público mais amplo o acesso aos bens culturais, seus conteúdos são adaptados às necessidades de venda. Na imprensa, notícias sobre corrupção, acidentes, desastres, esportes, entretenimento, eventos sociais, notas cômicas são constantes em detrimento de informações político-sociais, econômicas, sobre saúde e educação. Na imprensa diária, os recursos estéticos utilizados para agradar ao mercado consistem em uma paginação variada, com muitas ilustrações, e trazem informações de agências noticiosas, sem espaço para a opinião política. Já as novas mídias (TV, rádio) fazem desaparecer a distância entre emissor e receptor que seria necessária para a troca de idéias na esfera pública. Desta forma, ao mesmo tempo em que cativam, inibem as reações do receptor. Estes elementos da mídia atual colaboram para uma espetacularização dos fatos e, conseqüentemente, para a sua deturpação. Seguindo esta lógica a política levada aos meios de comunicação é transformada em uma “política espetacular, organizada segundo princípios de sedução, escassamente argumentativa, teatral” (GOMES,

1998b, p. 2). Conforme Habermas, a publicidade “serve à manipulação do público na mesma medida que à legitimação *ante* ele. O jornalismo crítico é suprimido pelo manipulativo” (HABERMAS, 1984, p. 210).

Os meios de comunicação de massa, portanto, ao integrarem informação e formas publicitárias, tornam qualquer possibilidade de debate público apolítico, além de contribuir para o processo de privatização da esfera pública, servindo à manipulação ideológica. “Ao diagnosticar o surgimento das empresas de comunicação de massa (...), o autor conclui que a esfera pública torna-se completamente vassalizada e dominada pelo poder” (MAIA, 2006, p. 17).

Entretanto, Miguel (2002b) relativiza esta relação entre a política e os meios de comunicação de massa, que os responsabiliza pela despolitização dos discursos políticos.

Se hoje é importante que o candidato tenha um rosto atraente, antes pesavam mais a técnica retórica, o timbre da voz ou mesmo o talhe do corpo, já que indivíduos altos e corpulentos se destacavam mais em meio à multidão ou no palanque. Em suma, mesmo que se possa lamentar a atual banalização do discurso político, nunca houve nada parecido a um debate “puro” de idéias, desligadas daqueles que as enunciam (ibidem, p. 158).

Também não podemos supor que a mídia por si possa gerar uma esfera pública, conforme alerta Maia (2006). Por isso, ela faz a distinção entre “visibilidade midiática” e “esfera pública”. Segundo Maia (2003), “a esfera da visibilidade midiática é constituída pelo conjunto de emissões dos mídia, em suas diversas modalidades”. Conforme Wilson Gomes (1998b, p. 8), é a dimensão da vida social “que é visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio público”. Porém, a disponibilização de informações para o conhecimento comum pode ou não criar um espaço para a troca de argumentos.

Para compreender a esfera pública criada pela mídia, deve se ter em conta que, primeiro, não há unicidade do emissor nem consciência única para reunir tudo que é dito (vários receptores e emissores). A produção midiática é enviada a um público não simultâneo, “difuso, diversificado e potencialmente ilimitado” e que, por esta razão, fica impossível determinar como as informações serão recebidas e processadas (MAIA, 2003, p. 7).

Disso decorre o problema de Habermas (1984) em supor que os receptores das mensagens dos meios de comunicação de massa são passivos. A comunicação social se orienta hoje para um público massivo, mas heterogêneo e, com o surgimento da internet e da televisão interativa, a própria distinção entre emissores e receptores pode ser questionada.

É preciso abandonar o esquema simplista de considerar a todas as pessoas da audiência numa suposta relação pessoal, mais ou menos próxima, com o emissor, com a conseqüente influência directa. Nesse modelo, o emissor aparece como elemento dominante da comunicação. Dirige-se a uma audiência sobre a qual tem domínio. O seu estímulo, a sua emissão de informação, teria uma resposta imediata. Pelo contrário sabemos que na realidade existe uma trama de relações sociais, tanto na audiência como no emissor, que convertem a relação emissor-receptor em algo bastante mais complexo (MARÍN *et al.* 1999 *apud* SOUSA, 2006, p. 39).

Em segundo lugar, há uma complexidade de conteúdos transmitidos, ou um “volume informativo altamente denso” (MAIA, 2003, p. 8). Esta complexidade e abrangência da mídia fazem dela um fórum potencial na sociedade. Os conteúdos veiculados, tanto relacionados à política institucional quanto informações políticas em seu sentido amplo, oferecem material para discussão e ação dos cidadãos.

Não há como negar que este potencial midiático é explorado de forma manipulativa e despolitizada. A cobertura política fica reduzida às disputas pelo poder, seja nas eleições, seja no parlamento, e assim não há espaço para o

debate sobre projetos para a sociedade (MIGUEL, 2002b). Se os meios de comunicação são importantes à prática democrática porque desmistificam os líderes políticos, por exemplo, a exposição destes não pode se reduzir a formas de sedução do público. A espetacularização não pode substituir a exposição crítica da arena política.

Por essa razão, Gomes (1998b) afirma que a limitação de Habermas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* está em subestimar o potencial de argumentação da cena política midiática. Segundo o autor, a capacidade dos meios de comunicação de massa ultrapassa a representação e pode produzir a opinião pública e, portanto, pode se constituir um possível aliado da deliberação democrática.

O juízo genérico sobre a existência de uma esfera aparentemente pública, mas desprovida de função produtiva da opinião pública, por conseguinte um simulacro da esfera pública, talvez se tenha orientado por uma visão demasiadamente conspiratória dos *mass media* no sistema social (ibidem, p. 4).

Um bom indício deste potencial, é que na própria esfera pública midiática se desdobram debates, como resultado das controvérsias e polêmicas formadas pelos diferentes fluxos comunicativos.

Ao criar amplos “espaços de visibilidade”, a mídia permite o entrecruzamento de informações derivadas do próprio cerne do governo e de subsistemas funcionais, bem como de especialistas e de atores vindos da sociedade civil (MAIA, 2002, p. 10).

Neste caso, são os agentes da mídia responsáveis por promover este debate, uma vez que são eles que organizam os diferentes discursos veiculados, processando e selecionando informações e opiniões.

1.5.1 Pluralidade

A questão da acessibilidade à esfera pública midiática mostra-se crucial em uma democracia. O potencial da imprensa de criar um fórum para o debate cívico é explorado dando-se visibilidade aos vários grupos que constituem a sociedade civil. Nisso concordam até mesmo críticos da concepção deliberativa de democracia, como Miguel (2004, p. 130): “o que caracteriza a informação adequada para uma sociedade democrática é, acima de tudo, seu caráter plural”.

Se a informação nos meios de comunicação é função do jornalismo, ao colher e selecionar as informações, o jornalista tem a possibilidade de contribuir para a construção de um debate público. Na realidade, os meios de comunicação veiculam diversas representações do mundo social, mas o problema é que “reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta conseqüências significativas para o exercício da democracia” (MIGUEL, 2002b, p. 163). É evidente que, em uma sociedade complexa, em que inevitavelmente há conflitos, não se pode imaginar meios de comunicação imparciais no campo político.

Diversas relações de interesse se estabelecem entre os atores políticos e os agentes da mídia, os quais possuem recursos diversos para filtrar, fazer cortes e edições, seja para criar um enquadramento para os eventos, seja para favorecer deliberadamente determinados atores (MAIA 2003, p. 9).

Nestes casos de influência externa sobre os conteúdos veiculados na mídia, até mesmo a função de vigilância sobre os poderes pode ser comprometida.

Os meios de comunicação devem situar-se como mandatários de um público esclarecido, capaz de aprender e criticar; devem preservar sua independência frente a atores políticos e sociais, imitando nisso a justiça; devem aceitar imparcialmente as preocupações e sugestões do público, obrigando o processo político a se legitimar à luz destes temas (HABERMAS, 1998b, p. 112).

Os monopólios econômicos sobre os meios de comunicação, que precarizam a competição entre os veículos, somado ao jogo do poder com a “visibilidade midiática”, acabam prejudicando perspectivas políticas alternativas. Sob forte pressão dos anunciantes e de profissionais da mídia ligados a representantes políticos, e até mesmo pelos constrangimentos da rotina de produção jornalística, a preferência da cobertura política é pelo centro do sistema político (MAIA 2003, p. 12). A rotina da cobertura jornalística está fortemente atrelada às informações oficiais e ao jogo político nas instâncias formais.

Por outro lado, os cidadãos dispersos na sociedade civil não têm a mesma facilidade de acesso aos canais da mídia. Um espaço em que o público costuma ser inserido são as manifestações com expressões dispersas e sem profundidade sobre determinado assunto de uma matéria. Nestes casos, o público aparece como massa, que tem “uma opinião em perspectiva pouco qualificada, de baixa sofisticação política de um todos-juntos-indiferenciado” (ibidem, p. 13). São pessoas que, apanhadas de surpresa, não têm informação suficiente, nem certas habilidades comunicativas ou políticas para fazer a interlocução com outros atores da cena midiática.

Já quando se refere a movimentos sociais ou associações voluntárias, a sua relação com a visibilidade midiática é diferente. O próprio Habermas, em *O espaço público 30 anos depois*, reviu seu conceito, admitindo a possibilidade de reconfiguração da esfera pública por meio dos movimentos sociais. A literatura que trata dos movimentos sociais, como vemos adiante, evidencia que as

associações na sociedade civil, ao promoverem um tratamento crítico dos problemas sociais, acabam “estabelecendo uma importante relação entre participação e argumentação pública” (MAIA, 2003, p. 2). Segundo Habermas, os movimentos sociais captam “os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem [...] para a esfera pública política” (HABERMAS, 1997b, p. 99).

Por isso, é necessária aqui uma breve revisão de algumas teorias sobre os movimentos sociais para compreender sua articulação com o campo da comunicação midiática e as implicações na constituição da esfera pública.

CAPÍTULO 2

OS MOVIMENTOS SOCIAIS

2.1 O que dizem as teorias sobre movimentos sociais

Como atores coletivos, os movimentos sociais constituem parte do que se pode chamar de sociedade civil, o espaço em que os grupos ou, mais precisamente as classes no conceito proposto por Gramsci, organizam e defendem seus interesses, na luta pela hegemonia (BOBBIO, 1982). É a esfera em que se formam e se difundem os valores e ideologias e, portanto, nesta concepção, está relacionada às contradições sociais e culturais. Neste sentido, a definição de movimento social vai além de qualquer determinismo materialista, representando um conflito entre setores da sociedade pela conquista ou manutenção de bens econômicos, culturais e políticos.

Os movimentos sociais devem ser entendidos como formas de ação coletiva, que possuem algum tipo de organização interna. Segundo Castells (2001), um movimento social pode ser interpretado nos termos de sua “própria dinâmica específica” e de sua interação com aquilo que sustenta sua existência. Nas palavras do autor:

(...) eles são o que dizem ser. Suas práticas (e sobretudo as práticas discursivas) são sua autodefinição. Tal enfoque nos afasta da pretensão de interpretar a “verdadeira” consciência dos movimentos como se somente pudesse existir revelando as contradições estruturais “reais” (ibidem, p. 94).

Isto significa que determinado movimento social pode ser interpretado pelas relações entre seus discursos, práticas e valores com os processos sociais aos quais estão ligados. Nesse sentido, conforme Alain Touraine, os

movimentos constituem parte do sistema de forças sociais, ou seja, o autor “vê os movimentos não como fatos excepcionais ou anormais, mas como criadores de vida social, por meio de suas práticas, normas e instituições” (GOHN, 1997, p. 149). A própria sociedade civil é vista por ele como resultado das interações entre os atores sociais: “a situação é simplesmente o resultado mutável e instável das relações entre atores, os quais, por intermédio de seus conflitos sociais e orientações culturais, produzem a sociedade” (TOURAINÉ, 1981 *apud* ALEXANDER, 1998).

Na definição de Castells (2001, p. 95), os movimentos são “sintomas” da sociedade e “causam impacto nas estruturas sociais, em diferentes graus de intensidade e resultados distintos”. Em outras palavras, uma vez que representam lutas pela manutenção ou mudança das orientações da sociedade civil, os movimentos influenciam não só quando conquistam seus objetivos.

Entretanto, autores como Weber e Durkheim reduziram os movimentos sociais a seus aspectos subjetivos irracionais ou emocionais, sem levar em conta sua relação com as estruturas sociais, suas estratégias e ideais. Segundo Alexander (1998), Weber insistia

(...) em dizer que os movimentos democráticos só teriam condições de vencer por uma via plebiscitária que dependia do carisma demagógico; foi também o caso de Durkheim, que analisou as assembleias públicas e os movimentos de massa segundo o modelo dos rituais primitivos, uma equação que parecia dar uma importância extremamente reduzida à racionalidade e à contingência (*ibidem*, s/n).

A teoria clássica dos movimentos sociais, por sua vez, evidencia o caráter materialista das lutas sociais, instrumentalizando as questões subjetivas que envolvem. Muitos teóricos desta linha afirmam o caráter classista das mobilizações, a começar pelo próprio Marx, que considera a divisão em classes sociais a base para a constituição das lutas sociais. Entre estes teóricos, fatores

como o carisma dos líderes, as aspirações morais, o idealismo apaixonado e a solidariedade são vistos como meros instrumentos para mobilizar os recursos organizacionais. Segundo Alexander, as teorias clássicas veem os movimentos como “exercícios calculistas” que, deliberadamente ou não, utilizam fatores subjetivos como estratégia para conquistar apoio material ou não-material.

(...) as organizações só se tornam poderosas se houver disponibilidade de recursos, e essas condições externas de ação, que escapam ao controle subjetivo, é que determinam a força da organização e, em última análise, seu sucesso. Significado e motivação não estão em questão (ibidem, s/n).

As ideologias presentes nos discursos, portanto, não têm uma relação causal direta com a finalidade do movimento, mas são simplesmente meios para alcançar determinados fins. Esta perspectiva funcionalista acaba sendo também na violência mais um dos instrumentos possíveis. Tilly, citado por Alexander, considera a violência um recurso rotineiro dos movimentos sociais, que “costuma nascer de ações coletivas que não são intrinsecamente violentas – festividades, assembleias, comícios, greves, manifestações públicas” (TILLY, 1975 *apud* ALEXANDER, 1998). De fato, se retomarmos exemplos históricos como a ocupação da Bastilha, percebemos que a violência foi uma tática fundamental no resultado das mobilizações.

Ligados à ideia de revolução, os denominados “velhos movimentos sociais” são muitas vezes analisados por um pensamento materialista, em que as instituições e o arranjo econômico, por serem os pilares da opressão, são os elementos a serem destruídos com o uso da força para, posteriormente, serem pensadas as questões morais e culturais. Entretanto, mesmo que ao analisar os “velhos movimentos sociais”, os associemos à ideia de revolução, não nos parece suficiente entender os movimentos, principalmente os atuais, a partir desta ideia ou de sua redução a um caráter classista.

Como afirmamos anteriormente, os movimentos sociais lutam por mudanças nas estruturas e orientações da sociedade civil, sendo que a divisão de classes é uma das estruturas questionadas. Assim, não podemos dizer que as lutas são especificamente contra o modo de produção capitalista ou o Estado. De acordo com Touraine, os movimentos sociais podem ser sistematizados em seis categorias:

(...) os que perseguem interesses coletivos; os que se desenrolam ao redor da reconstrução da identidade social, cultural ou política de um grupo; os que são forças políticas que buscam a mudança das regras do jogo; os que defendem o *status quo* e os privilégios; os conflitos derivados da busca de controle dos principais modelos culturais; e os conflitos derivados da busca de construção de uma nova ordem social (TOURAINÉ, 1985 *apud* GOHN, 1997, p. 146).

Para que se possa compreender os movimentos sociais de maneira mais sistemática, devem ser observados três princípios, de acordo com a tipologia clássica de Touraine: identidade, oposição e totalidade. Na interpretação de Castells, a identidade está na própria autodefinição do movimento; seu “inimigo” é expressamente declarado pelo próprio movimento; e a “meta societal” é a “ordem ou organização social que almeja no horizonte histórico da ação coletiva que promove” (CASTELLS, 2001, p. 95-96). Ao se referir ao discurso dos movimentos, Touraine nos fornece exemplos da identidade requerida e dos adversários combatidos:

Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios (TOURAINÉ, 1978 *apud* GOHN, 1997, p. 145).

A partir disso, Touraine e seus colaboradores compreendem que o “economicismo” dos movimentos operários do século XIX não foi só uma estratégia voltada para os aspectos materiais, mas “um ato de interpretação coletiva baseado na cultura” (ALEXANDER, 1998). Segundo o autor, as relações sociais só existem dentro de um campo cultural e, portanto, os “atores históricos são determinados tanto pelo campo da cultura quanto pelo conflito social” (TOURAINÉ, 1977 *apud* ALEXANDER, 1998). O próprio conflito de classe só é inteligível e objeto de questionamento porque existem valores consensuais para compreendê-lo. Nas palavras do autor, “os atores antagônicos – dominadores e dominados – entram em conflito somente porque pertencem ao mesmo campo cultural, porque têm modelos em comum” (TOURAINÉ, 1981 *apud* ALEXANDER)⁵.

Seguindo este raciocínio, Klaus Eder (2001) considera a classe o elemento estruturante de determinadas ações coletivas, mas essa própria estrutura da classe pode variar pela ação coletiva. Por isso ele afirma que esta ação ganha um “aspecto criativo”. Nas suas palavras, o modelo contém “um circuito de retroalimentação no qual a cultura funciona como a variável mediadora entre ação coletiva e classe, permitindo uma dinâmica da estrutura de classe no curso da própria ação coletiva” (*ibidem*, p. 8).

Admitindo este modelo bidirecional, como se disse, não é necessariamente que uma das variáveis seja a classe. Nos estudos de Manuel Castells sobre os “novos movimentos sociais”, as classes não aparecem como elemento estruturante. O próprio Touraine já afirmara antes que o aspecto revolucionário perdeu força e as relações de produção não são suficientes para estruturar as lutas sociais.

⁵ Se por um lado, Touraine insiste que os movimentos são intencionais e reflexivos, não deixa de reconhecer que só podem criar novas instituições e relações com os recursos sociais que possuem.

As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, menos ainda libertar as forças de progresso e de futuro, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida dos que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais (TOURAINÉ, 1994 *apud* GOHN, 1997, p. 152)

Além de uma interpretação contraposta ao modelo clássico, portanto, admite-se a emergência de uma nova configuração dos movimentos sociais, reflexo da sociedade “pós-industrial”⁶, como afirma Melucci. Segundo este autor, principalmente a partir das décadas de 60 e 70, a acumulação capitalista passou a não mais se alimentar somente da exploração da força de trabalho, mas também da “manipulação de complexos sistemas organizacionais, pelo controle da informação e dos processos e instituições formadores de símbolos, ao lado da interferência nas relações pessoais” (MELUCCI 1980, *apud* ALEXANDER, 1998). Por isso, o autor afirma que a identidade pessoal é o objeto de luta dos movimentos sociais atuais, ainda que estes reconheçam que esteja ligada ao aspecto social.

Já Touraine, considera os movimentos atuais frágeis, com problemas internos e com tendências à fragmentação, justamente em razão do “imperativo tecnocrático da mudança permanente”. Ainda que o comportamento individual e coletivo tenha buscado a defesa da identidade, esta é “vazia de conteúdo” (TOURAINÉ, 1983 *apud* ALEXANDER, 1998). As três dimensões que sustentam a luta dos movimentos sociais, classe, nação e modernização, estariam sendo esvaziadas de sentido em uma cultura cada vez mais individualista.

Mas para compreendermos se existe mesmo um enfraquecimento das identidades que estão no cerne das lutas sociais, precisamos compreender como se apresentam hoje os movimentos sociais. Não há dúvidas de que eles

⁶ Mesmo que as sociedades pós-industriais correspondam a países centrais do capitalismo, em uma economia globalizada, essa configuração exerce influência além das fronteiras nacionais.

ganharam novas características, principalmente por conta das relações sociais criadas pela reestruturação produtiva e pela nova divisão internacional do trabalho como reflexo da globalização. Segundo Samira Kauchakje (2008), a partir dos anos 80,

os movimentos sociais de maior visibilidade foram os relacionados à sustentabilidade social concentrada no eixo igualdade–diferença (diferenças e direitos específicos como de gênero, deficiência, ciclo de vida, por exemplo) e à sustentabilidade planetária (pacifismo, ambientalismo, biodiversidade, diversidade cultural, entre outros). Esses movimentos, chamados de novos, pareciam superar os movimentos de caráter classista e/ou religioso, em particular (ibidem, p. 676)

No entanto, segundo a autora, se percebem evidências, até mesmo nos países centrais do capitalismo, de que as lutas sociais contêm elementos da luta de classes. Ela cita como exemplo as mobilizações de trabalhadores em defesa de seus direitos e mesmo as manifestações xenófobas na Europa. Ainda que Klaus Eder (2001) considere a centralidade das classes médias nas novas relações de classe, também ele considera que outras divisões não substituem o antagonismo entre capital e trabalho.

Para Kauchakje (2008), a relação dos movimentos sociais com a questão do trabalho é ainda pertinente. No Brasil, o movimento dos negros, das mulheres, dos índios e o ecológico, por exemplo, são conjugados aos de trabalhadores, principalmente os sem-terra.

Uma das razões para a existência, neste país, do agregado identitário dos movimentos ligados às diferenças e à universalidade de demandas com os movimentos mais tradicionais seria a perenidade do conflito referente à terra e ao trabalho no campo, associada à persistente desigualdade socioeconômica e à segregação urbana (ibidem, p. 677).

Tomando mais uma vez os estudos de Castells (2001) como referência, na sociedade globalizada, as identidades tendem a ser cada vez mais diversificadas e ocorre, frequentemente, a mistura temática de demandas particulares e universais. Há mobilizações pautadas pela identidade de gênero, étnica, de classe, regional e também aquelas em prol de certos valores (igualdade, liberdade, paz, sustentabilidade social e ambiental, diversidade, diferenças culturais, etc.).

Com uma “pauta multidimensional”, são constituídas redes de movimentos e outras formas de associações que possibilitam o diálogo, tanto sobre os pontos de convergência quanto sobre a diversidade de interesses (SCHERER-WAREN, 2006, p. 116). São problemas cotidianos que, na medida em que o indivíduo os reconhece em outros indivíduos, possibilitam a formação e fortalecimento de novas organizações sociais.

De fato, nos anos 80 e 90, em face da globalização e da adoção de práticas neoliberais, a intervenção dos Estados Nacionais na economia e na sociedade foi enfraquecida. Como reação, a sociedade civil criou outros tipos de ações coletivas e relações com o Estado, mais operativas e propositivas do que reivindicativas como, por exemplo, as ONGs e o orçamento participativo. Nessa correlação de forças da sociedade civil e dos poderes institucionalizados, muitos movimentos sociais também passaram a ocupar espaços interinstitucionais.

Os próprios movimentos passaram a dar prioridade às articulações com organizações formais, tais como organizações não-governamentais e conselhos gestores de políticas, ou seja, o eixo da participação social pende para as parcerias ou para a relação com o setor público estatal (KAUCHAKJE, 2008, p. 677).

Porém, com a inserção de alguns movimentos sociais em redes das quais participam órgãos do sistema internacional de defesa de direitos, corre-se o

risco da ingerência de “formas de percepção e os valores de uma meia dúzia de sociedades civis específicas” (COSTA, 2003, p. 24). A relevância dos movimentos sociais, nesse sentido, aparece justamente na sua alta capacidade de produzir e transformar “os discursos e práticas ‘recebidos’ conforme suas dinâmicas relacionais, herança histórica e identidades culturais” (KAUCHAKJE, 2008, p. 683).

No âmbito dos Estados Nacionais, as novas práticas de participação política criam, por seu turno, o risco de servirem mais à legitimação de decisões do governo do que ao propósito de discutir a formulação e gestão das políticas públicas (SCHERER-WAREN, 2006). Na visão de Sérgio Costa (1997), citado por Kauchakje (2008), a institucionalização acaba justamente com o que os movimentos sociais têm de melhor para a construção democrática.

Os movimentos sociais apresentam perfis organizativos próprios, uma inserção específica na tessitura social e articulações particulares com o arcabouço político-institucional. [...] parece necessário reconhecer que as contribuições democratizantes desses movimentos não podem ser enxergadas unicamente a partir das instâncias institucionais, esperando-se deles o aperfeiçoamento dos mecanismos de intermediação de interesses ou a renovação da vida partidária [...]. Suas possibilidades residem precisamente em seu “enraizamento” em esferas sociais que são, do ponto de vista institucional, pré-políticas. E é no nível de tais órbitas e da articulação que os movimentos sociais estabelecem entre estas e as arenas institucionais que podem emergir os impulsos mais promissores para a construção da democracia (COSTA 1997, *apud* KAUCHAKJE, 2008, p. 687).

Outro risco aparece também no baixo nível de politização envolvido, uma vez que se o fortalecimento do terceiro setor ocorrer em detrimento do Estado, os direitos podem ser vistos como benesses. A autonomia dos movimentos sociais em relação às instituições deve ser preservada, para fazer

frente a qualquer tentativa de privatização da questão social, que seria um retrocesso, pois há tempos já fora reconhecida como questão do âmbito público.

No Brasil, a compreensão dos movimentos sociais e de sua relação com o poder público precisa incorporar a noção de cidadania que tem se fortalecido nos últimos anos e verificar os elementos que influenciam na sua atuação. Por isso, esboçamos uma análise dos movimentos no país, a partir da influência de aspectos históricos e problemáticas envolvidas.

2.2 Sobre as condições de luta dos movimentos sociais no Brasil

Ao longo da história, os movimentos sociais no Brasil adquiriram características bastante peculiares, a ponto de se falar na hipótese da passividade do povo brasileiro. Segundo Dias (2003), as vertentes marxistas não classificaram diversas lutas como movimentos sociais por não apresentarem elementos que as identificavam com o conflito de classe, centrado no antagonismo entre capital e trabalho. Outras teorias ligadas a redefinições das teorias democráticas também desprezaram estas lutas, interpretando-as como revoltas das massas, sem direção definida e projetos políticos.

Entretanto, reduzir os movimentos indígenas, religiosos, quilombolas, populares e mesmo burgueses é contraditório com a definição de que movimentos sociais são expressões dos conflitos na sociedade, que buscam mudar ou superar determinados aspectos econômicos, políticos ou culturais. Nesse sentido, o fato da maioria das revoltas populares não serem orientadas pela conquista de direitos liberais e individuais não significa que elas não constituíram movimentos sociais. De acordo com Dias,

Pode-se falar de uma “sociedade civil subterrânea”, de uma arqueologia que inscreve liberdades anteriores as do direito ocidental, e, portanto, não fazer tábula rasa de sentimentos e práticas libertárias imputando-as somente à liberdade liberal e ocidental. Antes que a cidadania e a sociedade civil se estabelecessem entre nós, formas subterrâneas de direito político já estavam em ebulição contra estruturas de poder e de domínio (ibidem, p. 10-11).

As “formas subterrâneas” significam que as lutas não tiveram contornos iguais às revoluções burguesas, mas nem por isso podemos desconsiderar sua relevância nas mudanças ocorridas no país.

Um elemento importante no estudo dos movimentos sociais é o padrão de intervenção do Estado na economia, na política e na sociedade. Para começar, a modernização capitalista teve como propulsora não a burguesia, mas o próprio Estado brasileiro. Já os direitos políticos foram incorporados formalmente, mas a prática eleitoral, por exemplo, esteve sempre prejudicada pelo clientelismo, pelo paternalismo e pelo autoritarismo social (PRADO JR., 1999; CARVALHO, 2008). E nesse mesmo sentido, com relação às mobilizações sociais, o Estado sempre interveio de forma repressiva, por meio da força, ou de forma paternalista (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009). A legislação trabalhista, criada no governo de Getúlio Vargas, talvez seja o exemplo mais expressivo da imposição “por cima” ou da “revolução passiva”, na definição de Gramsci. Ela se apresentou como uma reação das classes dominantes à ameaça do fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores.

Em termos gramscianos, uma revolução passiva expressa a presença de dois momentos: reação das classes dominantes à possibilidade de uma transformação efetiva de “baixo para cima”; reação que acaba por “restaurar” o equilíbrio precedente, ao mesmo tempo em que “renova” suas práticas sociais, antecipando-se a, ou incorporando e controlando “por cima”, certas demandas populares com o que aumenta seu poder de controle e cooptação (ibidem, p. 14-15).

Seja nos tempos de Colônia, de Império ou na República, e mesmo dentro dos latifúndios que estruturaram durante muito tempo a sociedade brasileira, o Estado ou os grupos dominantes, se não reprimiram, incorporaram as reivindicações dos movimentos sociais de forma desfigurada. No entanto, a partir da década de 70, com a proliferação de novos movimentos e organizações sociais, a noção de cidadania começou a transformar em direitos o que antes tinha um sentido de favor. E nesse sentido, com a redemocratização, segundo Evelina Dagnino (1994), as atitudes de confronto deram lugar à valorização de condutas institucionais e ações propositivas, da cidadania ativa.

Essa redefinição das formas de luta dos movimentos sociais fomentou a elaboração de análises, nas quais emerge uma nova concepção de sociedade civil. Esta passa a ser entendida como a esfera, na qual se desenvolve uma articulação entre os movimentos sociais e as agências estatais por espaços democráticos de representação e interlocução pública para o reconhecimento, garantia e consolidação de direitos de cidadania (DURIGUETTO; SOUZA; SILVA, 2009, p. 15-16).

De acordo com Evelina Dagnino (1994), no Brasil hoje os movimentos sociais estão relacionados à emergência de uma nova noção de cidadania, que deriva da experiência dos movimentos urbanos e rurais, de mulheres, negros, homossexuais, ecológicos. A insuficiência dos direitos abstratos e formais alavancou a luta pela igualdade efetiva, baseada no reconhecimento das diferenças. Essa nova cidadania, em que o cidadão tem “direito a ter direitos” requer “sujeitos sociais e ativos, definindo o que eles consideram serem os seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento” (ibidem, p. 108).

Como já foi dito, seja por essa nova concepção ativa da cidadania, seja pelo ataque do neoliberalismo aos direitos sociais, ou mesmo pela relação causal que possa haver entre os dois, ocorre uma ressignificação da sociedade civil. O Estado incentiva o setor privado e o terceiro setor à oferta de serviços

que seriam de sua competência, despolitizando as reivindicações. Nesse sentido, hoje o grande desafio dos movimentos sociais no Brasil consiste em politizar as questões sociais, pressionando os governos para o aperfeiçoamento e extensão da cidadania. O fortalecimento da sociedade civil, expressa na sua participação direta na elaboração de políticas do Estado, significa, antes de qualquer coisa, a reafirmação do poder público na solução dos problemas sociais.

2.3 Os movimentos sociais na imprensa

Seja por vias de participação mais direta na elaboração de políticas públicas, seja pelas contribuições na formação da opinião pública, os movimentos sociais procuram mudar as interpretações dominantes sobre os problemas sociais para articular projetos políticos alternativos. E, inseridos nestes movimentos, os cidadãos conseguem desenvolver melhor suas habilidades argumentativas, ficando capacitados a transformarem suas demandas em discursos politizados.

Associar-se em torno de uma causa comum ou de problemas afetando diretamente a própria vida desperta o desejo e a vontade de aprender, faz aguçar a atenção para informações relacionadas a tal matéria, seja através da vivência prática e de discussões informais, seja através de publicações especializadas e de matéria divulgado pela mídia (MAIA, 2003, p. 14).

Neste sentido, a comunicação dos movimentos sociais, tanto interna quanto externa, é uma variável determinante para alcançar seus objetivos, o que pode ser verificado no uso que faz de cartazes, panfletos, jornais, *fanzines*.

No entanto, embora consigam expressar de modo mais coerente e organizado suas demandas, os cidadãos organizados buscam visibilidade na grande imprensa por meio de demonstrações públicas ou “actos desviantes”

(GOLDENBERG, 1975 *apud* SOUSA, 2006, p. 123). Isso porque, para a mídia, eles precisam “produzir” notícias: demonstrações públicas como passeatas e manifestações, por exemplo, são uma forma de movimentos da sociedade civil causarem surpresa e, assim, conseguirem espaço na mídia. A partir desta visibilidade que adquirem, podem introduzir seus temas na esfera pública. O problema é que parte considerável dos meios de comunicação trata as demonstrações destes movimentos como mero espetáculo, desprezando seu caráter e conteúdo político. Isso não deixa, contudo, de ser uma via para direcionar a atenção pública para tais temas.

A imprensa, portanto, representa um meio não só para dar visibilidade ao poder e às possibilidades de escolha, como também para mostrar as lutas pela ampliação da cidadania. Gentilli considera o jornalismo, pensando em um modelo típico-ideal,

(...) uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação, onde (*sic*) os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos (GENTILLI, 2005, p. 142)

Como mediador, o jornalista oferece visibilidade às questões referentes à cidadania, selecionando e organizando as informações que julga necessárias para o cidadão. Por isso acaba por se tornar também um representante do público, porque a ele se credita a imparcialidade. É a idéia de que “ao comprar um jornal, ou assiná-lo, o cidadão concede aos jornalistas o direito e o dever de buscar informações em seu nome” (ibidem, p. 144-145). Apesar de livre, portanto, o jornalismo tem responsabilidades com os cidadãos, porque a informação não é uma mercadoria como as outras; ela é um instrumento da democracia contemporânea. E a qualidade que os cidadãos devem exigir das

informações jornalísticas, segundo este autor, passa fundamentalmente pela pluralidade e pela profundidade.

Segundo Nelson Traquina (2001), a preocupação em praticar o que ele chama de jornalismo cívico ou público, e que muitos chamam de jornalismo alternativo, está ligada justamente à transformação das prioridades de alguns jornalistas na elaboração de reportagens. O foco da notícia não está ligado, neste caso, aos jogos políticos institucionais, nem aos grupos detentores de poder econômico, mas às demandas da cidadania.

Uma vez na esfera da visibilidade midiática, os discursos dos movimentos sociais podem chamar a atenção da opinião pública quando colocam em xeque pontos de vista hegemônicos e mesmo quando mostram perspectivas alternativas. A partir de argumentos que demonstrem problemas e mesmo ilegitimidade no centro do poder político, pode-se confrontar com novas interpretações da realidade e, assim, contribuir para a construção de um debate público. Chamados a justificar-se, os representantes políticos dão continuidade à troca de argumentos na esfera pública midiática.

Em longo prazo, as visões de grupos não-hegemônicos na mídia podem contribuir para a deliberação pública, já que seus discursos buscam conscientizar a sociedade sobre seus problemas, com a finalidade de modificar a realidade, com a ajuda da opinião pública. No debate, os temas introduzidos podem despertar polêmicas entre especialistas.

A partir do momento em que se apela para um saber especializado, a fim de tratar de problemas relevantes para a argumentação política, percebe-se que ele possui um teor normativo que desencadeia controvérsias polarizadoras entre os próprios especialistas (HABERMAS, 1997b, p. 83).

As polêmicas podem se estender a outros atores da sociedade civil, que não necessariamente estejam ligados a um saber especializado. Não se pode

restringir a participação neste debate público a “falas competentes”, uma vez que as possíveis decisões políticas tomadas por pressão da opinião pública atingem toda a sociedade.

A inclusão da perspectiva dos atores da sociedade civil no debate público, ampliando a definição dos problemas sociais, demanda um compartilhamento do saber social para tratar de problemas complexos, que não podem ser resolvidos sem a cooperação coletiva. (ibidem, p. 18)

Se os meios de comunicação possuem essa possibilidade de confrontar opiniões políticas, a visibilidade midiática tem grande potencial para criar uma esfera pública ativa que, como já foi dito, aperfeiçoa as justificações e a tomada de decisões políticas.

É claro que não estamos afirmando que os efeitos das notícias são determinados simplesmente pelo seu formato ou conteúdo. Sousa (2006, p. 132) lembra que estes efeitos variam em função também das pessoas que a recebem⁷, das circunstâncias de recepção⁸ e mesmo do acaso. No entanto, se os efeitos dependem também da própria notícia, é pertinente compreender de que forma ela pode ser construída para melhor corresponder ao aperfeiçoamento democrático. É inegável que o potencial jornalístico, utilizado de forma crítica e pluralista, é importante para a participação política mais efetiva dos cidadãos.

Para avançar nesta discussão, passamos a uma análise textual de um jornal, procurando observar em que termos ele dá a visibilidade aos movimentos sociais. Tendo em vista a autodefinição do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil* como “jornalismo crítico”, nos propomos a analisar em que medida seu conteúdo pode conter subsídios para a construção de um debate público sobre as questões levantadas por estes atores sociais.

⁷ Em cada pessoa, os efeitos das notícias dependem de aspectos fisiológicos, afetivos, cognitivos e comportamentais.

⁸ Referem-se às circunstâncias sociais, ideológicas e culturais.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DO *LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL*

Com a finalidade de buscar as contribuições que o jornalismo pode oferecer à construção do debate público, realizamos uma análise do conteúdo sobre movimentos sociais do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*. A análise busca identificar posições políticas do jornal, verificar como são construídos os discursos que sustentam essas posições políticas, observando critérios como pluralidade, argumentos e o uso de dados.

3.1 O *Le Monde Diplomatique Brasil*

O caderno mensal do *Le Monde Diplomatique Brasil* deriva do caderno especial do jornal francês diário *Le Monde*, fundado em 1944. O caderno especial francês foi criado em 1954 para tratar dos assuntos da atualidade com mais profundidade e hoje tem 72 versões internacionais (entre versões digitais e impressas), em 25 idiomas diferentes.

A edição brasileira do caderno surgiu na Web em 1999 e começou a ser impressa em agosto de 2007, pelo Instituto Polis, ONG direcionada à formulação de políticas públicas municipais e estratégias de desenvolvimento local. Atualmente a tiragem do jornal chega a 40 mil exemplares e há um compromisso de que 60 a 70% do conteúdo seja de matérias internacionais e o restante de produções locais, sobre as quais se limitará esta análise, dentro do tema dos movimentos sociais.

De acordo com o site da publicação, pelo qual o Instituto Paulo Freire é responsável, a linha editoria do *Le Monde Diplomatique* prima pela profundidade e pela ideia da cidadania planetária, o que implica em críticas ao modelo neoliberal. A produção do jornal é feita por uma reduzida equipe de

profissionais que define a pauta e convida articulistas para escreverem os textos. Desse modo, o jornal é constituído tanto por matérias informativas quanto por artigos opinativos. O fato de convidar articulistas que são pesquisadores do meio acadêmico acaba levando alguns textos a terem informações de publicações científicas. Também são convidados representantes de organizações da sociedade civil, o que às vezes resulta em textos de caráter panfletário ou de propaganda.

3.2 Metodologia

Para a análise do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*, selecionamos uma amostra de edições do período de um ano, de outubro de 2007 a setembro de 2008. A análise foi feita pelo método de Análise de Conteúdo exposto por Laurance Bardin (1988), que inclui operações qualitativas complementares, para gerar inferências mais complexas. Para compreender as contribuições ou problemas no jornalismo praticado que interfiram na formação da opinião pública, é preciso ir além das análises estatísticas e verificar os elementos textuais a partir de suas articulações.

A identificação sistemática de tendências e representações obtém melhores resultados quando emprega ao mesmo tempo a análise quantitativa (contagem de freqüências do conteúdo manifesto) e a análise qualitativa (avaliação do conteúdo latente a partir do sentido geral dos textos, do contexto onde aparece, dos meios que o veiculam e/ou dos públicos aos quais se destina) (LAGO; BENETTI, 2007, p. 126-127).

Conforme as indicações de Bardin (1988), nossa análise teve início com uma “leitura flutuante” das matérias que tratavam dos movimentos sociais. Nesta leitura prévia surgiram algumas hipóteses relacionadas aos estudos da esfera pública e dos movimentos sociais. A partir disso, o material coletado teve seu conteúdo descrito e classificado em categorias, definidas pela maior grande

frequência que apareciam nos textos. São elas: democracia; cidadania social; capitalismo; pressão ao governo/papel do Estado; organização interna e articulações externas; e humanização. De acordo com Bardin, o desmembramento do texto em unidades convém à descoberta dos núcleos de sentido que constituem a mensagem.

A interpretação do material foi realizada a partir do método indutivo, que pressupõe chegar a tendências gerais da cobertura jornalística, a partir de particularidades das reportagens. Em seguida, essas inferências foram discutidas com alguns conceitos trabalhados na parte inicial do trabalho, de modo a encontrar deficiências e contribuições das mensagens para o debate público.

3.3 Categorias de análise

3.3.1 Democracia

Nesta categoria estão relacionadas as posições tomadas pelo jornal com relação à democracia no Brasil, nos textos sobre movimentos sociais. Observa-se a presença tanto de discursos que contêm críticas quanto aqueles propositivos.

Na edição de fevereiro de 2008, o jornal *Le Monde* traz logo no editorial o título “Democratizar a democracia”, ideia desenvolvida ao longo do texto e reforçada em artigos e reportagens que tratam dos movimentos sociais. Este título remete à democracia como algo inacabado, ainda por construir. De fato, o editorial expõe críticas ao que chama de “instrumentalização do poder”, a partir da transcrição do texto de um documento elaborado por entidades civis que lutam pela reforma política. Segundo o documento,

(...) o patrimonialismo e o patriarcado a ele associado; o clientelismo e o nepotismo que sempre o acompanha; a relação entre o populismo e o personalismo, que eliminam os princípios éticos e democráticos da política; as oligarquias, escoltadas pela corrupção e sustentadas em múltiplas formas de exclusão (pelo racismo, pelo etnocentrismo, pelo machismo, pela homofobia e outras formas de discriminação), são elementos estruturantes do atual sistema político brasileiro que queremos transformar (fev. 2008, p. 3)⁹.

Nos dois primeiros artigos que se seguem ao editorial, são desenvolvidas críticas a tais vícios da política brasileira, que a estariam despolitizando. Em relação ao documento elaborado pelas entidades civis sobre a necessidade da reforma política, o diretor do *Le Monde Diplomatique Brasil* valoriza como uma atitude arrojada e bastante válida:

Trata-se de uma ousadia. E de um importante esforço para repolitizar a política; retomar a construção de um campo democrático e popular capaz de polarizar a disputa político-ideológica no interior da sociedade civil; e reintroduzir na agenda pública um debate que trate das questões substantivas da democracia: a defesa do interesse público, a participação cidadã, a redução das desigualdades sociais (fev. 2008, p. 3).

O trecho demonstra bem que o conceito de política vai além dos cálculos de poder, das negociações de votos, dos jogos eleitorais e das denúncias de corrupção. Repolitizar, afinal, significa “reintroduzir na agenda pública” as discussões sobre os temas que dizem respeito ao bem-estar da sociedade. A reforma política, portanto, não se reduz a criar mecanismos para combater a corrupção, ela serve para

⁹ A referência ao *Le Monde Diplomatique Brasil* será feita pelo mês de publicação do jornal, seguido da página em que se encontra o trecho citados.

(...) superar o impasse criado pela instrumentalização do poder, que acaba por não mudar nada de substantivo; conferir à esfera pública um real poder decisório; e atuar nos espaços efetivos de participação e decisão, propondo uma Reforma Política que de fato altere as regras do jogo (fev. 2008 p. 3).

A proposta que aparece aqui é de alteração no próprio modo como são tomadas as decisões políticas, que implica em instrumentos para a participação mais efetiva da sociedade. O jornal cita, inclusive, o Orçamento Participativo, como sendo uma “experiência emblemática” das “novas formas de governança, que radicalizaram a idéia de participação cidadã na gestão pública” (fev.2008, p. 5). Entre outros elementos, a democratização da política brasileira está relacionada, segundo os textos do *Le Monde*, à construção de um Estado de Direito articulador dos movimentos sociais. A mobilização social, mais do que uma forma de introduzir as demandas por cidadania na esfera pública, carrega uma “dimensão educacional-pedagógica, isto é, de conscientização”, elemento essencial à democracia (fev. 2008, p. 5):

A democracia depende da educação dos cidadãos. E a melhor educação em política é a participação ativa (...). Por estas razões é que destacamos, em nosso editorial, a importância da iniciativa da Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma do Sistema Político Brasileiro. Por que (*sic*) ela se propõe a contribuir para o fortalecimento de um campo democrático e popular, sem o qual as propostas de reforma política não terão sustentação social e o debate permanecerá tolhido pela lógica da política instrumental (fev. 2008, p. 4).

Percebemos neste trecho que a própria reforma política precisa ser debatida pela sociedade, seguindo esse ideal de participação proposto nos artigos. Entretanto, o jornal reconhece que, embora a participação ativa proporcione o desenvolvimento da consciência política, não se deve deixar de lado as desigualdades existentes entre as classes da sociedade. Admite-se,

portanto, as “grandes assimetrias de recursos, conhecimento e poder, que, de alguma forma, se reproduzem nesses espaços” (fev. 2008, p. 6).

Ainda que seja necessária a “tarefa coletiva de re-significar a democracia”, esta recebe um valor bastante positivo no conteúdo do *Le Monde* (fev. 2008, p. 5). Não só nos artigos específicos sobre o tema, mas também nas matérias sobre movimentos sociais aqui analisadas, temos expressões apontando a valorização dos princípios democráticos. Em um artigo sobre a esquerda evangélica, por exemplo, é citado um trecho escrito pelo teólogo inglês John Stott, que serve de referência à Missão Integral¹⁰, com a visão da democracia a partir de um viés cristão:

A democracia é a forma mais sábia de governo, porque leva a sério a Criação (*a dignidade do homem como imagem de Deus*) e a Queda (*a depravação do homem pela separação de Deus*). A capacidade humana para a justiça torna a democracia possível; a tendência humana para a injustiça a torna necessária (out. 2007, p. 19).

A crença na democracia aparece claramente nas páginas do *Le Monde Diplomatique Brasil* associada às possibilidades de desenvolvimento, como a melhor via para a construção de um futuro socialmente mais justo. Um dos elementos “consustanciais” da democracia seria exatamente “a existência de um futuro possível ou utópico que ajude a suportar os sofrimentos do presente trazendo as perspectivas de sua superação” (fev. 2008, p. 3).

3.3.2 Cidadania Social

Na categoria “Cidadania Social” estão relacionados elementos textuais referentes aos direitos sociais (saúde, educação, moradia, entre outros). Aqui

¹⁰ A Missão Integral é basicamente a teologia de esquerda das igrejas evangélicas.

também aparece a noção de participação ativa, ou seja, de que os direitos sociais são conquistados pela luta dos movimentos. Entretanto, o jornal reconhece que a história política brasileira não teve rupturas ocorridas sob pressão de grupos populares. Em uma matéria de outubro de 2007, a desigualdade social, entre outros fatores se deve ao fato de

(...) o país jamais ter vivido alguma experiência revolucionária. Levantes existiram, mas sempre massacrados pelas forças conservadoras. Mesmo a revolução burguesa terminou por não acontecer aqui. E as reformas civilizadoras do capitalismo contemporâneo também deixaram de ocorrer de maneira efetiva. Sem revoluções e sem reformas consideráveis, o padrão distributivo não seria modificado (out. 2007, p. 16).

Não tratando especificamente dos movimentos sociais organizados, o texto afirma que, nem nos menos de 40 anos de regime democrático e muito menos nos períodos autoritários de nossa política, as camadas sociais menos favorecidas eram marginalizadas pelos grupos conservadores. “Os apelos populares e progressistas em favor da melhor repartição dos frutos do crescimento econômico foram marginalizados do núcleo de poder” (out. 2008, p. 18).

Entretanto, na transição da Ditadura Militar para a Nova República, em termos de direitos políticos, a participação popular é considerada mais expressiva. Em entrevista publicada no *Le Monde*, Luiza Erundina diz que

A sociedade civil organizada cumpriu um papel significativo nas décadas de 1970 e 1980, impulsionando o processo de redemocratização do país. (...). Isso imprimia uma dinâmica que extrapolava a atuação dos partidos e dos políticos (...) (ago. 2008, p. 8).

Se para Erundina as forças sociais estavam mobilizadas de forma a exceder a política institucionalizada e romper com ela, ela acredita que hoje “temos uma sociedade civil desmobilizada, sem motivação popular. A cultura política decaiu muito nestes últimos tempos e os partidos contribuíram para seu próprio esvaziamento”.

As palavras da entrevistada, porém, são contrapostas pelas tentativas do jornal de inserir informações e discussões sobre as lutas de movimentos sociais, muitas vezes publicando os textos de integrantes destes movimentos. Por se tratar de diferentes grupos com demandas específicas, em seguida, vamos analisar cada um deles separadamente, dentro desta perspectiva da luta por cidadania social.

a) Esquerda evangélica

Em outubro de 2007, um artigo de um pesquisador em Ciências da Religião, apresenta uma perspectiva dentro do grupo dos evangélicos, que se contrapõe ao grupo hegemônico. Este, segundo o autor seria uma “paródia” da ética protestante que “prega que os cristãos, por serem filhos de Deus, têm direito a bens materiais e status”. A crítica revela uma visão de coletividade e de politização das questões ligadas à espiritualidade. O artigo ataca justamente a redução destas questões ao plano individual:

No começo, o indivíduo ainda se convertia e virava servo de Deus. (...) Mas a coisa involuiu. Continua sendo particular, só que, ao invés de o indivíduo ser servo de Deus, Deus é que passou a ser servo dele. (...). O santo do passado não incluía o próximo em sua salvação, mas, por querer ser servo de Deus, acabava amando o próximo. Este agora nem inclui nem ama. Não tem a menor idéia de que o Evangelho é a recuperação do conceito de humanidade. E muito menos de qual é o conceito de humanidade nas Escrituras (out. 2007, p. 19).

O conceito de humanidade estaria, portanto, não somente na relação do indivíduo com Deus, como também na sua relação com os outros indivíduos. Na transcrição do discurso de Ariovaldo Ramos, teólogo e pastor, ele liga este argumento ao apoio aos movimentos sociais.

A minha base de fé é que o Evangelho é a recuperação do conceito de humanidade; que o planeta, a vida são dons para a humanidade; e não para determinados indivíduos; e que qualquer movimento na História que segregue seres humanos é um movimento contra Deus. Para mim, nosso papel é corrigir isso. Passa pela questão econômica, logo de saída. Passa pelo ataque à pobreza, pela recuperação da dignidade do ser humano. É necessário apoiar todos os movimentos que tentam corrigir isso.

Conforme este trecho, o conceito de humanidade está ligado à igualdade entre os homens e, portanto, o reconhecimento da pobreza e das situações de indignidade em geral deve ser motivo para a mobilização, inclusive por meio de movimentos organizados. O sentido de inclusão é reforçado pela transcrição de um trecho do lema, definido no Congresso Internacional de Evangelização de 1974, que diz: “O Evangelho todo, para o homem todo, para todos os homens”.

É interessante notar ainda, que o movimento é retratado como aberto a outras visões. Esta disposição para o diálogo pode significar uma tentativa de que o movimento não seja visto como extremista. Neste sentido, é novamente o pastor Ariovaldo que tem sua fala transcrita no artigo: “É claro que o camarada tem o direito de pensar diferente de mim, ele pode ser contra a reforma agrária, ser contra as cotas: isso é um direito dele”.

b) Movimentos por terra

O conteúdo sobre movimentos sociais por terra da amostra consiste em uma reportagem sobre as dificuldades dos assentamentos e dois textos escritos

por representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). O *Le Monde*, portanto, abre espaço para textos de autoria dos próprios dos movimentos. Estes constroem uma argumentação baseada na ideia de que a terra é “provedora”, ou seja, está ligada à sobrevivência do homem. Ela é o “espaço de trabalho e vivência” e “quando se encontra mal dividida, quando está sendo maltratada, ela deve ser conquistada e defendida” (nov. 2007, p. 16). A expressão “mal dividida” se refere à desigual distribuição das propriedades no país. Já a palavra “maltratada” provavelmente remete ao agronegócio, considerado pelo jornal um antagonista não só dos movimentos sociais, mas também do meio ambiente.

A crítica à reforma agrária realizada até então aparece na fala de Plínio de Arruda Sampaio, que lamenta que “a reforma agrária brasileira adquiriu as características de um programa assistencial compensatório e focalizado”. Neste caso, percebemos a questão da terra como um direito, uma vez que não é satisfatório um programa “assistencial”. Mais do que uma crítica ao governo, temos uma crítica ao poder das elites latifundiárias no Brasil. Sobre as mulheres camponesas dos movimentos sociais, se diz que

Elas enfrentaram o poder do latifúndio, o patriarcalismo do meio rural e o pacto de silêncio da mídia oligárquica. E conquistaram seu direito de existir, em pé de igualdade com os homens, como protagonistas autônomas das grandes lutas sociais (nov. 2007, p. 16).

Transparece aqui, particularmente na ideia de protagonismo, a noção de que os direitos devem ser conquistados pela mobilização da sociedade. Tanto é que os movimentos sem-terra são vistos como “luta” e as mulheres destes movimentos são “guerreiras”. O MMC coloca claramente no seu texto que sua intenção “em todo e qualquer espaço de atuação, é levar as mulheres a serem sujeitos” (nov. 2007, p. 18). De fato, o uso de construções “ocupando terras,

ocupando espaços”, por exemplo, revela a concepção de cidadania ativa, a inclusão social que depende da luta dos indivíduos e dos grupos. O trecho transcrito a seguir sintetiza bem a articulação do sentido de cidadania com a necessidade de luta e a crítica à estrutura social.

De fato, queremos ir além das concessões ou favores. (...) Por isso, nós, mulheres, precisamos lutar por autonomia. É necessário que nós, e todos os trabalhadores, tenhamos em nossas mãos o poder econômico, o poder político, o poder midiático, que se transformam em poder popular, numa cultura de respeito e equidade (nov. 2007, p. 17).

c) Movimentos contra o racismo

A luta das mulheres negras aparece em um artigo de uma pesquisadora e integrante do Gelédes – Instituto da Mulher Negra. Nele, antes de qualquer coisa, devemos observar que faz referência à luta também das mulheres brancas. Ambas são vistas como parcela do povo oprimido do país: “Para as mulheres brancas, foi a luta contra o domínio patriarcal. Para as negras, a luta contra o jugo colonial, a escravidão e o racismo” (nov. 2007, p. 18). Sendo, pois, problemas historicamente construídos, a luta das mulheres negras excede a luta por condições materiais e ganha força com elementos da tradição cultural, que inclui estratégias de luta social: “a negra brasileira encontrou em sua espiritualidade ancestral os mitos, os símbolos e os exemplos que lhe inspiraram insubordinação e lhe permitiram construir uma nova e ativa identidade”. A identidade aparece explicitamente aqui como um elemento para a organização das lutas do movimento. Sobre os exemplos mencionados, que contribuem na construção desta identidade, temos uma referência às mulheres do candomblé, que possui elementos da cultura cristã, mas sem o sentido de culpa dado à sexualidade:

(...) as mulheres do candomblé jamais se prostituíam, mesmo quando pobres, que eram livres no amor, mas não o comercializavam, que eram seres humanos bem desenvolvidos na época em que o feminismo levantava a voz pela primeira vez no Brasil.

Sobre os outros elementos simbólicos que inspiram a luta das negras, também o texto cita, com base na mitologia africana, as tradições religiosas que organizavam sociedades africanas, cuja recuperação e conservação são por si uns direitos.

Ela [a organização social] permitiu que os “terreiros” se tornassem territórios de organização comunitária, de cura aos destituídos do direito à saúde, de resistência cultural e de negociação com a sociedade abrangente e excludente.

O trecho citado reconhece, inclusive, a exclusão do direito à saúde, oferecendo uma alternativa a este problema. Aparece aqui um sentido de resistência, de reação que, se antes buscava a liberdade, agora tem como objetivo a conservação cultural.

A mitologia africana, apontando insistentemente as estratégias mais diversas de insubordinação, simbólicas ou reais, lhes ofereceu a possibilidade de criar mecanismos de defesa para a sobrevivência e a conservação de seus traços culturais de origem.

A retomada do passado, portanto, aparece como elemento central para a “produção de um novo sentido no presente”. É a partir da simbologia e dos exemplos históricos que se fortalece a luta das mulheres negras. Trata-se de uma “re-significação como instrumento para a transformação do presente”.

d) Indígenas

No caso das mobilizações indígenas, temos um artigo escrito por um representante do Comitê Intertribal. O movimento questiona a sociedade atual, por conta de suas “contradições” que têm como causa os “investimentos mal aplicados pelo próprio colonizador”. O texto ironiza ainda o discurso acerca do progresso

E, com a justificativa de progresso, [a nova sociedade] passou a definir o lugar indígena nessa relação: seria a camada social mais baixa entre os critérios desenvolvimento humano, o que resultou na perda da auto-estima, da identidade cultural e até das nossas terras originais (set. 2008, p. 30).

O sentido deste questionamento da sociedade passa, portanto, não só pelo modo como os indígenas foram prejudicados materialmente, como também em sua identidade cultural e auto-estima. A recuperação deste último fator está relacionada, evidentemente, também à alteridade: “Por isso, na busca de novos caminhos, velhos hábitos e preconceitos devem ser superados, como o tratamento dos indígenas como incapazes ou vítimas carentes de compensação”. Aqui também, vemos que não se trata de assistencialismo, mas sim de direitos dos povos indígenas, que desejam preservar sua cultura sem, no entanto, desconsiderar os avanços da sociedade em geral.

Há uma premente necessidade de propor formas de desenvolvimento com sustentabilidade. Especificamente no caso indígena, uma necessidade de organizar ações de resgate e fortalecimento da identidade cultural, assim como identificação e capacitação humana e étnica para a gestão territorial e proteção ambiental, com acesso a novas tecnologias e conhecimentos, inclusive como forma de diminuir a migração indígena para os centros urbanos.

Um dos argumentos mais fortes que se coloca no texto tem relação com a cidadania, no sentido dos “deveres” dos cidadãos. Nesse sentido, os indígenas requerem para si a responsabilidade histórica que tiveram com o meio ambiente.

Se o futuro existe, nós, como povos indígenas, queremos ser parte dele. E exercer uma responsabilidade ancestral que não veja no meio ambiente, na biodiversidade ou nas águas potáveis apenas fontes mercadológicas. Queremos deles respeito e proteção ambiental com gestão co-participativa social, econômica, cultural e até mesmo espiritual.

e) Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto

A importância da identidade para a luta por cidadania aparece também no caso de uma reportagem sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), quando o repórter afirma que o ambiente das favelas é mais difícil para a constituição da identidade do que as comunidades rurais. Outro fator de identificação é a repressão às lutas: são usadas expressões como “a brutalidade da repressão” e “ocupação reprimida” para reforçar o discurso contra os antagonistas do movimento: “O MTST sofre com a hostilidade das organizações criminosas, de seitas religiosas e dos políticos locais, que temem perder o controle de seu público de costume” (nov. 2007, p. 27).

A luta por legitimidade aparece como essencial à luta material e, por isso, também se repetem as ideias de que as terras urbanas ocupadas pelo movimento são improdutivas, destinadas à especulação imobiliária ou atividades ilegais. Entretanto, o jornalista não confirma as informações por meio de fontes mais isentas.

Nos trechos da matéria em que se mostram as conquistas do MTST, podemos entendê-las como objetivos nas lutas em outros locais. Além dos terrenos urbanos e infra-estrutura, a matéria mostra um forte sentido de coletividade entre os integrantes do movimento, mesmo depois de assentados.

Trata-se de expor uma forma de organização contraposta à sociedade massificada: “Dez anos depois, o Parque Oziel transformou-se em um bairro propriamente dito, com infra-estrutura adequada, e cujos habitantes compartilham de forte sentimento comunitário” (nov. 2007, p. 26). E deste sentimento comunitário deriva, de acordo com a reportagem, a educação para a democracia e a organização de poderes locais comprometidos com a prática democrática, ou seja, a partir da conquista de um direito social, se fortalece a prática dos direitos políticos. Nas palavras de uma das coordenadoras do MTST,

um acampamento de sem-teto é uma escola de democracia participativa onde se formam os futuros dirigentes comunitários. A partir de uma preocupação concreta – a moradia –, queremos contribuir para lançar as bases de um genuíno poder popular.

f) Nordeste brasileiro

A matéria sobre a ASA Brasil¹¹ tem como pressuposto que a causa da pobreza no nordeste não está na natureza, e sim em fatores humanos, o que se desdobra na busca de soluções que obviamente dependem da intervenção humana. Neste caso, a responsabilidade está na estrutura agrária brasileira.

A geografia não condena o Nordeste brasileiro à pobreza. São as formas de ocupação dessas áreas que determinam as condições socioeconômicas de sua população. (...) Quem condena, há séculos, o Nordeste brasileiro à pobreza é o latifúndio (dez. 2007, p. 25).

A solução tratada pelo texto para garantir o direito à água está na captação das águas pluviais por cisternas construídas pela ASA Brasil. O texto da reportagem articula as cisternas e o próprio processo de construção com o

¹¹ Articulação no Semi-Árido Brasileiro: rede de entidades civis.

tema da cidadania. O título da matéria já expõe isso de modo claro: “Captação de água, construção de cidadania” (dez. 2007, 24). Também a fala do então presidente da Cáritas brasileira tenta mostrar que o projeto da ASA é mais amplo que a simples construção de cisternas, contribuindo para sua valorização simbólica:

(...) as cisternas não recolhem só água, elas suscitam cidadania, elas acionam a participação, elas despertam capacidades, elas transformam as pessoas, elas motivam para a solidariedade, elas apostam no desenvolvimento do Semi-Árido (dez. 2007, p. 25).

A cidadania, neste caso, está ligada à participação das pessoas no processo, uma vez que são indivíduos da própria localidade que realizam o serviço e os próprios moradores que o recebem ajudam na construção. O que se coloca é que isso desperta capacidades práticas e transforma as pessoas, a partir de um maior sentimento de coletividade e solidariedade, colocado em prática. Um dos instrumentos a que a ASA Brasil se propõe para provocar a cidadania ativa é a informação. Nas palavras de um dos coordenadores,

Um dos desafios da ASA é veicular o máximo de informação, provocar nas famílias o interesse de buscar aquilo a que elas têm direito, e que até já existe no país. Só a partir da organização, do fortalecimento de fato de uma sociedade civil informada, consciente, coerente, mesmo com seus conflitos e contradições, é que a gente vai conseguir de fato desencadear um processo de transformação (dez. 2007, p. 25).

A informação é vista, também, como viabilizadora do debate público para contribuir com os governos na formulação de políticas públicas, mas a ASA se coloca como mais eficiente na implantação delas. Criticando a proposta de que os governos estaduais (e não a ASA) é que deveriam receber verba para

contratar os serviços de construção das cisternas, diz-se na reportagem que a vantagem da ASA está em

poder trazer para o debate público e para a formulação de novas políticas suas contribuições. A capilaridade da ASA é muito maior do que a de qualquer governo, suas contribuições dão voz à cidadania (dez. 2007, p. 25).

3.3.3 Capitalismo

Nesta categoria estão elencadas as posições tomadas nos textos do jornal com relação ao sistema econômico capitalista e às suas relações com a política e a sociedade. Os textos apresentam fortes críticas ao capitalismo, na maioria das vezes, contraposto aos movimentos sociais. Em geral, o capitalismo é percebido como um empecilho às políticas públicas direcionadas à justiça social e nem mesmo a sociedade escapa à lógica capitalista, que enfraquece suas mobilizações. Em uma matéria sobre a democracia brasileira, se diz que

Não somente adotamos as políticas neoliberais, como nos transformamos em uma sociedade neoliberal. E, com isso, os projetos de transformação social foram postos fora da agenda, e os movimentos sociais, fragilizados (fev. 2008, p. 5).

O poder do capital parece imbricado no poder político e existe consenso sobre a existência de oligarquias na política brasileira. Sobre o modelo de participação na construção das cisternas no nordeste, a reportagem diz que “não há dúvida de que esse novo modelo participativo enfrentará resistências. E elas vêm tanto dos setores mais poderosos da economia quanto de suas representações no âmbito político” (dez. 2007, p. 25).

No caso dos indígenas, os termos utilizados para responsabilizar o sistema econômico são bastante negativos. Em uma crítica às ações paliativas e

estéreis, diante dos enormes problemas que teriam sido criados pelo capitalismo, os indígenas chamam a atenção para a contradição entre a promessa de autonomia dos indivíduos e sua não-realização.

(...) nasceram justificativas, sob a forma de solidariedade, compensação ou indenização, diante da catástrofe socioambiental e comunitária sofrida pela mãe terra e seus inquilinos tradicionais. Na verdade, esta situação era produto de bens materiais ou do sistema financeiro-monetário, que teve como resultado a pobreza e maior dependência, contrariando a expectativa de autonomia.

Nos textos de autoria dos movimentos sociais, a crítica ao capitalismo é ainda mais incisiva, contrapondo a “emancipação coletiva e individual” ao que chamam de “falsa tutela do capitalismo” (nov. 2007, p. 16). Repetidamente em posição oposta aos movimentos sociais e mesmo a determinadas parcelas da sociedade, como os camponeses e as mulheres, o capitalismo é visto como um mal que influencia inclusive a esfera subjetiva dos indivíduos. É este sentido que o texto do MMC pretende produzir:

Adversário dos camponeses em geral, o capital é ainda mais perverso para sua ala feminina, porque traz a marca do patriarcalismo e faz com que as mulheres pobres sintam culpa de sua condição ou sejam consumistas daquilo que o mercado impõe (nov. 2007, p. 18).

Especificamente sobre os movimentos sociais rurais, se o capitalismo é o antagonista, o agronegócio aparece como seu instrumento que ameaça a sobrevivência dos trabalhadores rurais.

No atual momento histórico, a missão do movimento se traduz na luta direta contra o capital, que ameaça o campesinato por meio do agronegócio. Este toma o território, impossibilita a produção de alimentos saudáveis e inviabiliza a própria sobrevivência das pessoas.

A luta do MMC, portanto se coloca como claramente contra o capitalismo, que por seu turno, também age para deslegitimar os movimentos sociais, assim como traz o MST, em um discurso panfletário: “Quanto mais as mulheres incomodam o capital, quanto mais elas se levantam contra todas as cercas, maior o esforço em calá-las, em criminalizá-las, em inviabilizá-las” (nov. 2007, p. 16). O antagonismo de que se fala se expressa com mais força na ideia marxista da luta de classes, presente nos textos: “O movimento de conquista da terra e de resistência na terra integra hoje a luta de classes”. Dentro desta visão de sociedade de classes, o texto do MMC chega a falar da mudança do sistema econômico: “O socialismo que queremos não será apenas alteração do modelo socioeconômico. Até porque não haverá socialismo pleno enquanto existir, dentro da mesma classe, opressão das mulheres pelos homens” (nov. 2007, p. 18).

3.3.4 Pressão ao governo/papel do Estado

Nesta categoria aparecem as relações estabelecidas entre movimentos sociais e Estado. Foram observadas críticas e propostas, baseadas, na maior parte das vezes, em dados e fontes diversas.

Já no título, “A reforma agrária sempre adiada”, reportagem de novembro de 2007, temos um indício de uma crítica a um problema ainda não solucionado e que fora historicamente construído. De fato, a reportagem trata do Estado brasileiro como “agente histórico da produção de desigualdades” (nov. 2007, p. 7), por conta da vinculação dos governos com grupos de

latifundiários. No Brasil, o Estado “evitou enfrentar a questão fundiária, herdada da nossa formação colonial. Em todos os pactos políticos dominantes, os oligarcas estiveram presentes e impuseram essa orientação”.

A crítica da matéria sobre as cisternas no Nordeste se refere também à situação presente, em que ainda as oligarquias rurais são presentes na política brasileira: “Desde sempre a oligarquia local explorou o discurso do Semi-Árido como ‘região-problema’” (dez. 2007, p. 24), para conseguir recursos que iam para a agropecuária e agora para o agronegócio. Tendo como fonte de informação um integrante do MST, Pedro Christoffoli, “que cursa doutorado em Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Brasília (UnB)”, o texto sobre a reforma agrária, de junho de 2008, utiliza uma fonte de informação com suposta credibilidade acima de sua atividade no movimento em si. O discurso desta fonte questiona o modelo priorizado pelo Estado do agronegócio, na medida em que “condiciona os assentamentos a não terem êxito” (jun. 2008, p. 16).

A resposta do poder público aparece em forma de dados apenas para justificar a “preferência” do governo pelo agronegócio. Na fala do presidente do Incra,

O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país. Também é responsável por cerca de 33% do PIB (Produto Interno Bruto), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros

Logo em seguida, a reportagem também utiliza dados que podem colocar em xeque a importância referida do agronegócio para o Brasil, na medida em que desloca essa importância para o próprio consumo da população brasileira

Enquanto isso, a agricultura familiar, apesar de gerar 60% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, recebe um investimento consideravelmente menor: em 2007, a verba destinada para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi R\$3,30 bilhões, quase metade dos R\$6,49 bilhões do Ministério da Agricultura (jun. 2008, p. 16).

As críticas às políticas públicas se fundamentam em dados, explicações técnicas, detalhes sobre a legislação e erros do Incra. A “desilusão com o Pronaf¹²”, explicada por Christoffoli, o coloca como uma “medida periférica” ou uma “arapuca que no final gera dívida”, em razão do sistema de créditos, conforme o dirigente do MST explica ao longo do texto. Outras fontes são utilizadas, como o engenheiro do AS-PTA¹³, para questionar mais um aspecto do Pronaf. Em sua fala: “Realmente, as terras distribuídas são sempre – ou quase sempre – as de pior qualidade, localizadas nos ecossistemas mais delicados, sujeitos a secas ou inundações”. As críticas mencionam também as dificuldades dos assentamentos com energia elétrica, escoamento da produção, saúde e educação. A isso, o poder público aparece mais uma vez oferecendo uma resposta, inferindo-se nela um compromisso.

Assim como usa dados para defender o agronegócio, o governo também responde a essas acusações com números: na safra 2008-2009, vai destinar R\$ 13 bilhões ao Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o carro chefe do MDA.

Apesar disso, ou para justificar o aumento do investimento, o Incra reconhece as dificuldades dos assentamentos, apoiado em informações de suposta credibilidade:

¹² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

¹³ Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

O Incra reconhece os empecilhos (...). Sem apresentar muitas iniciativas para além das que já estão estruturadas, o presidente do órgão cita uma pesquisa conduzida por técnicos da Universidade de São Paulo, da FAO e do Incra que comprova o abandono das áreas de reforma agrária em decorrência das questões apontadas (...) (jun. 2008, p. 17).

No entanto, se o MST apresenta críticas, também aparece como movimento que propõe ideias para ajudar na formulação ou implantação das políticas públicas, apesar de a reportagem não mencionar que ideias são essas.

Por tudo isso, o MST decidiu decretar, sozinho, a falência da política agrícola do governo federal, em especial do Pronaf. Mas não sem propostas, pelo contrário. O movimento já apresentou suas novas idéias ao MDA e ao Incra, mas ainda não recebeu resposta.

Neste trecho percebemos que a construção da reportagem, baseada em críticas e respostas do poder público que reconhece os problemas, cria a expectativa e, de certa forma, uma pressão sobre o Ministério e sobre o Incra.

No caso da reportagem sobre o MTST, o movimento aparece contraposto ao poder público já na explicação do nome do morro ocupado, Morro do Osso: “para as autoridades, os sem-teto serão um osso duro de roer” (nov. 2007, p. 27). Ao longo do texto, o Estado aparece como um dos antagonistas do movimento, que não tenta resolver os problemas e, pelo contrário é repressor:

(...) a reação das autoridades foi imediata: com o apoio de helicópteros e de atiradores de elite postados nos prédios das redondezas, as tropas de choque da polícia investiram contra o acampamento, fazendo inúmeros feridos e prendendo várias dezenas de militantes. (...) O governador de São Paulo na época, Geraldo Alckmin, advertiu que qualquer tentativa de ocupação organizada pelo MTST seria reprimida (nov. 2007, p. 26).

A violência da ação da polícia é ressaltada, na medida em que o texto utiliza fortes adjetivos para caracterizá-la e, inclusive, cita as reações na Alemanha (pois o caso era a ocupação de terreno da Volkswagen):

A brutalidade da repressão gerou indignação na Alemanha e provocou uma manifestação diante da sede da empresa, contribuindo assim para divulgar internacionalmente a existência do movimento dos sem-teto no Brasil (nov. 2007, p. 27).

Além de repressor, na questão da habitação no país, o Estado é visto como omissor. Somente pelo título de um quadro dentro da reportagem, “A reforma urbana: necessária e sempre postergada”, podemos perceber isso. Com os dados apresentados pela advogada e integrante do Instituto Pólis¹⁴, Patrícia Cardoso, sobre a quantidade de imóveis vagos de São Paulo, superior ao déficit habitacional, os governos são colocados em xeque.

Longe de caminhar nessa direção, as políticas públicas de revalorização do centro fomentaram sobretudo a especulação e provocaram uma disparada de preços no mercado imobiliário (nov. 2007, p. 26).

É interessante notar também, que logo em seguida são articulados outros temas como a infra-estrutura urbana e a própria pobreza decorrente do desemprego e da informalidade, para contextualizar o problema em um âmbito mais geral.

No caso da construção das cisternas no Nordeste brasileiro, como já foi mencionado, a pressão sobre o poder público aparece como crítica a um fato (a

¹⁴ Organização não-governamental que tem o objetivo de estudar e formular políticas públicas municipais e estratégias de desenvolvimento local. É responsável pela publicação do *Le Monde Diplomatique Brasil*.

suspensão do repasse de verbas), que supostamente está relacionado à influência das oligarquias.

Desde setembro, a ASA Brasil não produz mais uma cisterna no Semi-Árido brasileiro. O “Programa Um Milhão de Cisternas” (P1MC) foi interrompido por falta de repasse de recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o MDS, pressionado por setores conservadores (dez. 2007, p. 24).

A responsabilidade, assim, parece ser relativamente deslocada do governo, que estaria sendo objeto de manipulação de um agente externo, os “setores conservadores”. Como a ideia é voltar a ter os investimentos, apesar da crítica, se diz:

Também o governo federal merece reconhecimento por estabelecer essa parceria com a ASA Brasil. Foram repassados à ASA 230 milhões de reais, recursos que respondem por 80% dos financiamentos obtidos até agora.

Para dar mais legitimidade à manifestação de insatisfação com a suspensão do repasse de verbas, são chamados ao texto outros atores sociais, incluindo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que possui uma boa imagem na sociedade brasileira, em geral. O trecho transcrito a seguir mostra isso e antecipa a possibilidade de uma mobilização mais concreta, o que acaba resultando em uma forma de pressão a partir do anúncio de outra.

A suspensão do financiamento provocou uma ampla mobilização popular em defesa da continuidade do P1MC, além de manifestações de solidariedade da CNBB e de várias ONGs e personalidades. No Ceará, por exemplo, criou-se o Dia da Mobilização pela Vida no Semi-Árido. Organizado pelo Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido, 3 mil agricultores de nove microrregiões do Ceará lotaram o plenário da Assembleia Legislativa para assistir a uma audiência pública que discutiu a continuidade do P1MC. Não se descarta a organização de uma caravana para Brasília, a fim de pressionar parlamentares e governo para o reinício imediato do P1MC.

O texto vai além da pressão pelas verbas destinadas ao programa e propõe uma nova relação entre Estado e sociedade civil, insistindo na participação desta na gestão pública. Trata-se, evidentemente, de apoiar os modelos de democracia participativa que atualmente estão surgindo como aperfeiçoamento da cidadania. No trecho abaixo, que evidencia este aspecto, percebemos também a insistência no caráter “novo” das demandas e propostas do texto.

Somente uma atuação efetiva de novas políticas públicas pode fazer frente ao problema e romper o círculo vicioso de produção da pobreza. É preciso, portanto, reconhecer e valorizar as experiências que apontam novos caminhos. O exemplo da ASA Brasil indica a possibilidade de mobilização de grandes potenciais de energia social, coletiva, para um trabalho conjunto com o Estado, num novo modelo participativo de gestão pública que se orienta pelo resgate dos direitos humanos (dez. 2007, p. 25).

Apesar de não se tratar exclusivamente de movimentos sociais, o texto do Movimento Nossa São Paulo¹⁵, da edição de março de 2008, demonstra bem a efetivação desta participação direta da sociedade civil no Estado. O texto fala da aprovação, pela Câmara Municipal de São Paulo, da Lei de Metas de autoria do Movimento, que obriga o prefeito a apresentar, em até 90 dias após a posse,

¹⁵ O Movimento Nossa São Paulo é uma reunião de cerca de 400 entidades da sociedade civil.

seu plano de gestão. Conforme o texto, a lei é um “novo marco de gestão e de relação de poder local. Seu conteúdo é simples, porém inédito em matéria de administração pública no Brasil” (mar. 2008, p. 27). O sentido dessa rede de associações da sociedade civil se coloca, claramente no texto, como vigilante das ações do Executivo, inclusive mostrando os instrumentos que possui para isso.

De nossa parte, faremos o acompanhamento social dos poderes. Por meio do Observatório Cidadão Nossa São Paulo (...). Dessa forma, consideramos que parcela significativa da sociedade está fazendo a sua parte e esperamos que o próximo governante municipal siga o mesmo caminho. (...) Ficaremos vigilantes e ativos, trabalhando para que São Paulo seja realmente uma cidade melhor.

A pressão ao governo se realiza na forma de inclusão cidadã na gestão pública, em que a cidadania implica ação dos indivíduos e grupos, seja no sentido de fiscalizar o cumprimento de leis (que são inclusive exploradas ao longo do texto) ou mesmo de propor políticas públicas e projetos de leis.

3.3.5 Organização interna e articulações externas

Nesta categoria são analisadas as descrições que se faz da organização interna e das articulações dos movimentos, em atenção ao que foi exposto no capítulo teórico sobre movimentos sociais, com relação aos equívocos de uma análise restrita que maximiza os antagonistas e os objetivos dos movimentos em detrimento destes elementos não menos importantes.

De modo geral, o conteúdo dos textos analisados procura demonstrar uma coerência das lutas dos movimentos com sua forma de organização interna. Pode-se notar uma forte valorização do sentido de coletividade,

presente na caracterização das atividades, e mesmo uma valorização sem contestações das ações dos movimentos.

Na organização interna, por conta da tradicional desigualdade de poder, o MMC fala em construção de espaços autônomos de discussão das mulheres e o MST trata do desenvolvimento destas discussões como uma conquista das mulheres do movimento: “Mas, sem a participação efetiva, por meio da exigência de 50% de mulheres em todas as atividades, o aprendizado do comando, a emancipação, poderia nunca se iniciar, que dirá se concluir” (nov. 2007, p. 17). A conquista de espaço pelas mulheres, viabilizada pela “paridade em todas as frentes” (nov. 2007, p. 16), traz consigo uma proposta nova de sociabilidade, de superação do machismo, por exemplo. Nesse sentido, o MMC afirma:

A perspectiva do MMC é ajudar as mulheres camponesas a sair da condição de vítimas e a se reapropriar do poder que lhes foi “roubado” (...) Não somos contra os homens, mas, sim, contra o poder centralizado que oprime especialmente as mulheres (nov. 2007, p. 17-18).

Mesmo dentro dos movimentos, portanto, existem disputas, mesmo porque se trata de uma parcela da sociedade. E o fato do “espaço de atuação das mulheres no interior do movimento” não ter sido “conquistado de mão beijada” (nov. 2007, p. 17) revela que a luta por inclusão deve estar na cultura interna dos movimentos.

Estas formas de organização dos dois movimentos mostram a importância que têm os debates internos, como espaço politizado em que todos devem ser incluídos. No caso das mulheres mencionadas, às formas degradantes de sobrevivência é contraposta uma alternativa política, com forte sentido de busca de emancipação:

Todas as teorias da inferioridade intelectual feminina foram postas abaixo pela prática das companheiras. Negando-se à prostituição e ao crime, muitas mulheres, chefes de família, foram acampar. A clareza intelectual e a necessidade material as levaram a assumir postos de direção em vários espaços. E a participar mais ativamente na base, nos acampamentos e assentamentos, na produção, nas finanças, na tarefa de debater a situação dos trabalhadores brasileiros com famílias ainda não acampadas.

Este trecho aponta na prática, ou seja, na participação ativa das mulheres, uma forma de desenvolvimento das habilidades argumentativas e de organização das atividades coletivas. Outro elemento presente é o valor dado aos debates realizados pelos movimentos sociais. Ao dizer que as mulheres discutem a situação de trabalhadores “com famílias **ainda** não acampadas”, o debate aparece como uma forma de criticar, ou seja, de “questionar os papéis dos gêneros na história, saber por que se chegou a um tipo de relação no qual as mulheres são excluídas dos espaços de decisão e levadas à obediência e à submissão” (nov. 2007, p. 18). Por consequência, são formas de esclarecimento utilizadas, como é reforçado na necessidade de

promover discussões e estudos permanentes com mulheres dos grupos de base e das comunidades (não negando o espaço amplo da sociedade com o qual nos articulamos) para **nos darmos conta** das ações do patriarcado capitalista e machista no cotidiano.

Além do instrumento da paridade, particularmente nos dois movimentos rurais citados, observamos um discurso atento a problemas cotidianos que implicam em uma vitimização das mulheres no âmbito doméstico. Para isso, no decálogo do MST publicado, aparece:

A cooperação deve ser ampliada, desonerando as mulheres da dupla jornada de trabalho representada pelas atividades domésticas. Para tanto, devem ser implementadas lavanderias, refeitórios e outros serviços coletivos nos assentamentos (nov. 2007, p. 17).

Esse tipo de solução, proposta para a organização interna do movimento, condiz com a proposta de sociabilidade do movimento, que inclui, além da igualdade de gênero, a construção de um sentido mais aguçado de coletividade. Na reportagem sobre o MTST, aparecem exemplos de “cozinhas coletivas”, “organizações amigas” e “participação voluntária”. Abarcados na ideia de uma “revolução de valores”, este elemento fica ainda mais evidente na fala de uma integrante do movimento: “Aqui é outra coisa, a solidariedade é a regra número um” (nov. 2007, p. 27). Na reportagem sobre o MST, de junho de 2008, observamos um exemplo concreto e incisivo do significado coletivo que tem as lutas e as conquistas destes movimentos:

(...) os sem-terra acreditam que é preciso utilizar a cultura para fixar os assentados na terra e, desta forma, garantir o sucesso de sua alternativa. (...). O assentamento Dom Tomás, em Franco da Rocha, interior de São Paulo, é um dos que já começaram a trabalhar essa “nova socialibilidade”. Antes mesmo de construírem suas casas, os sem-terra ergueram o “Espaço Comunal Patativa do Assaré”, onde realizam celebrações e assembléias, além de bailes de forró (jun. 2008, p. 17).

No retrato do funcionamento dos assentamentos do MST, dois problemas de extrema importância para as comunidades são citados. A precariedade ou inexistência dos serviços públicos de educação e saúde levam o movimento a buscar soluções próprias, urgentes e, no entanto, com suas limitações. Não deixa, portanto, de ser um sinal de que o Estado possui mais instrumentos e responsabilidade pelas questões.

A questão é tão grave que o movimento resolveu encontrar uma saída própria: investir na formação de seus militantes. Algumas dezenas deles foram fora estudar Medicina em Cuba e outros estão cursando Enfermagem na Universidade Federal da Paraíba, via Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). (...) A mesma solução é aplicada para os outros níveis educacionais: muitos assentamentos têm escolas com educadores do próprio movimento. A iniciativa, é claro, tem seus limites.

Já com relação às cisternas no Nordeste, se o Estado tem recursos financeiros, é a ASA Brasil que vai ser tratada como entidade de grande eficiência nas suas ações. De fato, a reportagem traz ao leitor uma série de dados e informações sobre suas atividades e mostra como funciona sua rede de atuação. Outro aspecto a ser notado na reportagem é a afirmação da ética na coordenação destas ações.

Nos seus pouco mais de quatro anos de existência, [a ASA¹⁶ Brasil] construiu 221.514 cisternas e com isso beneficiou mais de 1,1 milhão de moradores do Semi-Árido nordestino, uma das regiões mais pobres do país. Não existe paralelo de uma ação coordenada e executada por uma rede de entidades da sociedade civil com tal envergadura e com tão bons resultados. (...) É verdade que o P1MC conseguiu até agora realizar apenas 22% de seus objetivos, mas é de longe, uma das melhores demonstrações de eficiência e eficácia no uso dos recursos públicos por parte de uma rede de entidades da sociedade civil que atua com transparência, honestidade e ética (dez. 2007, p. 24).

Podemos notar a constante preocupação com o sentido “ativo” que tem os movimentos sociais e sua demonstração nos mais diversos níveis. No caso do assentamento Rondinha, o grupo Mãe Terra “é composto por trinta mulheres de diversas idades, que há sete anos, realizam estudos e debates e produzem objetos artesanais, pães e plantas medicinais e derivados” (nov. 2007, p. 17).

¹⁶ Articulação do Semi-Árido, rede de entidades da sociedade civil criada em 1999.

Outros exemplos distintos se encontram na mobilização de comunidades ou indivíduos, não necessariamente ligados a movimentos sociais, como no caso da contratação de mão-de-obra local para a construção das cisternas no Semi-Árido nordestino, com a ajuda dos próprios beneficiados. Segundo a reportagem, dá-se “a possibilidade e o estímulo para as comunidades se organizarem e atuarem coletivamente sobre seus problemas” (dez. 2007, p. 24). E, no caso da descrição das mobilizações estudantis em Salvador, em 2003, contra a política educacional e o aumento da tarifa do ônibus, é mostrado um sentido diverso da criminalização que a grande mídia geralmente faz destes protestos.

Apesar dos incômodos para a população, contaram com apoio: muitos adultos afirmaram que a “Revolta do Buzu” também defendia seus interesses, pois o estopim para a ação foi o aumento na tarifa de ônibus. (...) Um dirigente estudantil reconheceu que “as pessoas não queriam ser lideradas. Queriam ser agentes de sua própria história” (jan. 2008, p. 28).

O caráter ativo dos movimentos que lutam por cidadania é construído no sentido, também, de propor novas formas de sociabilidade. São mencionadas, por vezes, projetos de modelos socioeconômicos alternativos como, por exemplo, no caso da contraposição da “agroecologia” ao modelo hegemônico de produção de alimentos em larga escala, com uso de agrotóxicos.

Mas, ainda que o governo aceite as propostas do movimento, isso não será suficiente para garantir o sucesso dos assentamentos. Para os sem-terra, eles mesmos também têm um papel a cumprir em um novo projeto de reforma agrária. “Nossa grande tarefa é tentar implementar um outro padrão de produção agrícola que se oponha a esse estabelecido”, diz Gilmar Mauro, da direção nacional do MST (jun. 2008, p. 17).

No caso dos textos escritos pelos movimentos camponeses, ele próprio parece querer provocar algum tipo de mobilização, pois assume um tom panfletário: “Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança! Nós passaremos!” (nov. 2007, p. 17).

3.3.6 Humanização

Na categoria “Humanização” são apresentados elementos mais concretos da vida dos integrantes dos movimentos, que confere um aspecto mais humano à luta. Apesar de nem sempre presente, detalhes sobre determinados indivíduos ou do cotidiano dos movimentos aparecem em alguns textos. Já no início da reportagem sobre o MTST, diferente das recorrentes descrições na grande mídia sobre as armas dos grupos sociais (TEROSSI, 2008), há um retrato dos instrumentos utilizados para a montagem do acampamento.

(...) cerca de trezentas pessoas, munidas de lanternas, facões, picaretas, martelos, arame, estacas de bambu e rolos de lona plástica, invadiram a Fazendinha. Na manhã de 17 de março, as primeiras barracas do acampamento João Cândido já estavam erguidas (nov. 2007, p. 26).

A descrição desta cena demonstra a precariedade das habitações (se é que assim se pode chamar os barracos), e o trabalho para melhorar algo que parece ser provisório:

Do “Morro do Osso”, em Itapeçerica da Serra, a vista abarca um mar de barracos de lona plástica preta, esticados com estacas de madeira ou bambu. Aqui e ali, colunas brancas de fumaça indicam que o fogo do café-da-manhã está aceso. (...) Ruídos de martelo, serrote, picareta. Nesta nova cidade, sempre há um poço ou latrinas a serem escavados, buracos de telhado a serem tapados, divisórias a serem erguidas.

A reportagem traz ainda um relato de uma integrante do MTST sobre as condições adversas no acampamento, que revela um problema social grave e abrangente: “sem água corrente, sem eletricidade, numa total falta de privacidade a todo instante” (nov. 2007, p. 27). Os depoimentos e histórias particulares acabam provocando uma aproximação do leitor, diante da situação de desamparo das pessoas. “Vinte e quatro anos, mãe desempregada depois de ter tido diversos trabalhos (...). Ela guardou seus móveis na casa de uma amiga e uniu-se ao MTST”. Aparece então uma fala da trabalhadora, que apesar de curta é incisiva: “Não tenho muita coisa a perder!”.

No texto formulado pelo MST, as mulheres camponesas estão em uma “condição de vítimas”, associada ao trabalho alienante e mesmo degradante.

Muitas mulheres camponesas assumem jornada dupla ou até tripla de trabalho. (...) Um trabalho que impõe uma sobrecarga, em geral repetitiva, exigente e de muita responsabilidade. Um trabalho que faz com que as mulheres vivam infelizes, fiquem depressivas e adoecem. Um trabalho que é uma forma de violência e que a sociedade, como um todo, costuma não perceber ou ignorar.

Ao trabalho alienante, o texto do MST procura contrapor a necessidade de dar aos trabalhadores rurais seu espaço de realização como ser humano, do ponto de vista material e afetivo: “Camponesas e camponeses veem nela [na terra] seu espaço de trabalho e vivência, o solo para fazer os filhos e ser feliz” (nov. 2007, p. 16).

CAPÍTULO 4

O LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL E O DEBATE PÚBLICO

A partir da descrição das categorias analisadas, propomos agora uma interpretação do conteúdo sobre movimentos sociais no *Le Monde Diplomatique Brasil*, tendo em vista as noções que envolvem a esfera pública e os movimentos sociais trabalhadas anteriormente.

Na análise dos textos do *Le Monde Diplomatique Brasil*, observamos, de modo geral, a presença da ideia de que a sociedade civil tem se fortalecido cada vez mais, ligada ao caráter “ativo” da noção de cidadania. Conforme verificado principalmente nas categorias “Democracia” e “Cidadania Social”, as críticas à democracia, não em sua essência, mas nos contornos que possui no Brasil, culminam na proposição de novas formas de participação política. O reconhecimento dos problemas da democracia brasileira aparece como um consenso entre atores da sociedade civil, pesquisas científicas e o próprio veículo. Ainda que possamos questionar a falta de argumentos dissonantes, os casos de uso privado da máquina pública apresentados pela grade mídia só servem a corroborar estes julgamentos sobre a democracia.

A sociedade civil é relacionada ao tema da democracia, a partir da necessidade de ampliação de sua participação política, para superar esses problemas e introduzir discussões no cenário político que dizem respeito aos reais problemas da sociedade brasileira. Trata-se da necessidade vista no capítulo sobre o conceito de esfera pública de repolitizar as discussões públicas. De certa forma, esta ideia apresenta um contraponto à grande quantidade de notícias sobre corrupção do noticiário político da grande imprensa.

Quanto à aposta em formas de participação direta, está mais relacionada nos textos às entidades civis de forma geral, e não especificamente aos movimentos sociais, ainda que eles sejam mencionados. De qualquer forma,

tanto os movimentos em si quanto suas demandas por maior participação são legitimados e suas ações neste sentido são vistas de forma positiva, com caráter “educacional-pedagógico”. Algumas experiências chegam a servir de “exemplo” para propor novos modelos participativos de formulação e implantação de políticas públicas. Podemos até questionar se este caráter mais ativo e propositivo dos movimentos sociais não é uma forma que os próprios movimentos ou que o discurso do jornal encontrou para legitimá-los, dentro de um contexto de valorização das iniciativas do terceiro setor.

O discurso sobre o caráter ativo da sociedade civil, no entanto, não deixa de lado a possibilidade de uma participação ingênua no poder decisório. Tanto é assim, que se prevê a necessidade de pensar alternativas, dentro do modelo participativo proposto, para superar as desigualdades entre os atores.

Também este caráter ativo não indica a diminuição das obrigações do Estado com o bem-estar social. Ao falar, de modo geral, sobre os sentimentos relacionados aos movimentos, trata-se de “solidariedade” e não de caridade, ou seja, a repetição de palavras como “direito” e “cidadania” ressaltam a responsabilidade do Estado para com os problemas sociais. Na categoria “Pressão ao governo/papel do Estado”, o poder e a necessidade do Estado são reforçados, pois este é visto em determinados momentos como aliado das redes de entidades e movimentos sociais, na medida em que corresponde às expectativas e necessidades reivindicadas. Constatamos que alguns exemplos sobre soluções internas para problemas coletivos são vistos como insuficientes e, então, o poder público é chamado à sua responsabilidade. A legitimidade da ação do poder público é reforçada pelas próprias respostas deste que são apresentadas nas matérias, com dados e mesmo o reconhecimento do Incra, por exemplo, das falhas na questão da reforma agrária. Sobre este ponto, inclusive, aparecem ainda argumentos de outras fontes com suposta credibilidade, e mesmo dados de pesquisas criticando a atuação dos governos.

Destas construções argumentativas, decorre a pressão sobre o poder público, e o Estado pode mesmo aparecer como antagonista direto dos movimentos sociais, quando recorre à força para reprimi-los. O antagonismo tem explicação nos problemas da democracia brasileira, principalmente na existência das oligarquias regionais, responsabilizadas historicamente pelas desigualdades sociais e pelas situações opressivas, tanto material quanto ideologicamente.

Nesse sentido, aparece uma forte noção de que o sistema econômico, do qual estas elites são a maior expressão, é o principal adversário dos movimentos sociais, conforme descrito na categoria “Capitalismo”. No caso da matéria sobre as dificuldades dos assentamentos rurais, o próprio poder público confirma a prioridade dada ao agronegócio, ligado às elites econômicas. De qualquer forma, excetuando os textos próprios do MST e da MMC que falam em “luta de classes”, o antagonismo parece mais relacionado às práticas neoliberais e à imbricação do poder econômico na política do que ao sistema capitalista em si.

A identidade dos movimentos sociais, porém, não se constitui apenas pelas críticas a problemas do âmbito econômico e pela existência de antagonistas políticos, e este fato não é ignorado no jornal. Por vezes, se recorre à história das mobilizações sociais e formas de resistência de grupos específicos, como os indígenas e as mulheres negras, para afirmar a importância das lutas. Dessa forma, é reforçada a identidade cultural dos indivíduos, favorecendo a identidade deles como militantes.

A organização interna também aparece como um elemento reforçador da identidade dos movimentos, pois geralmente se apresenta como uma nova forma de sociabilidade. Neste sentido, temos os detalhes mais “humanizados”, as falas de militantes e as explicações das formas organizativas em si reiterando o sentido de coletividade existente.

Por essas razões, a força argumentativa ou retórica dos textos é muito intensa. Ao detalhar a organização interna, baseada no sentido coletivo, e

mostrar movimentos mais ativos, buscando soluções próprias e também aderindo às redes que incluem organizações do terceiro setor, os movimentos ganham legitimidade para além da criminalização verificada na maioria dos veículos da grande imprensa. Talvez possamos dizer, até mesmo, que o sentido de “vitimização” construídos nos textos panfletários dos movimentos não tenha tanto respaldo da sociedade quanto as matérias jornalísticas que mostram, além dos discursos reivindicativos, iniciativas próprias dos movimentos. Podemos até questionar o uso de textos dos próprios movimentos que, com esse tom panfletário, pouco acrescenta em termos de informação. Apesar da argumentação presente neles, o fato de não estarem ligados a informações acaba descaracterizando um pouco a publicação como jornalística. Não deixa de ser, contudo, uma iniciativa diferente, ainda que seja necessário avaliar melhor como estes textos podem interferir na credibilidade ou no adensamento das questões tratadas.

Voltando às matérias mais informativas, outro elemento reforçador positivo dos movimentos é o uso recorrente da ideia de abertura ao diálogo. Ao dizer que a organização interna dos movimentos sociais possui instâncias de debate, e que este também é realizado com outros atores sociais, confere-se uma característica extremamente positiva aos movimentos, dentro de um contexto democrático que valoriza a pluralidade de vozes.

Neste mesmo sentido, as matérias trabalham exatamente com uma variedade de fontes de informação, que vão desde os próprios movimentos, até órgãos do governo, incluindo outros atores da esfera política institucional, ONGs, redes de entidades civis, instituições e órgãos que possuem uma boa imagem no Brasil, como a CNBB, a USP e a FAO. O uso de artigos científicos e falas de pesquisadores, portanto, não significa a redução das discussões ao “discurso competente” de que fala Marilena Chauí, mesmo porque quem se destaca são os atores da sociedade civil. Seja pela busca pela pluralidade de vozes que provoca o adensamento dos argumentos e das informações, seja pela

busca do adensamento que leva à pluralidade, o fato é que há um ganho qualitativo das informações publicadas.

Se, como Maia (2006) afirma sobre as discussões públicas, o “vai-e-vem argumentativo” filtra preferências irracionais, particularistas e simplórias, a publicidade das demandas dos movimentos sociais pode aumentar a qualidade das informações e opiniões. No dizer de Habermas, é estabelecida uma comunicação sem sujeito, uma vez que os argumentos se tornam mais gerais e abrangentes.

Por outro lado, não podemos falar da constituição de debates dentro das próprias matérias, porque não há exposição dos argumentos dos principais antagonistas dos movimentos. No entanto, usar esta observação para criticar as reportagens parece simplificar demais a questão, uma vez que a grande mídia já se encarrega de expor os argumentos das partes adversárias, como dados sem questionamentos.

Também se acrescenta a isso o fato de que, por não serem hegemônicos, esses grupos sociais precisam de um discurso bem fundamentado, com o mínimo de elementos que possam servir à refutação de suas argumentações. Por isso, o posicionamento editorial do *Le Monde Diplomatique Brasil* pode ser definido claramente como partidário das reivindicações dos movimentos sociais tratados pelas reportagens.

Conforme este imperativo de valorizar os movimentos, a construção dos textos sobre o assunto no jornal tem a força argumentativa de fatos históricos, informações baseadas em dados e fatos, o que significa que não se trata de um discurso panfletário constituído de generalidades. Possui ainda falas de atores sociais envolvidos e outros com suposta autonomia e credibilidade. E justamente a articulação entre opiniões e os dados fornecidos, ao mesmo tempo em que incorpora a retórica do texto, tem um potencial de criar debates entre os leitores, ainda que seja ingenuidade supor que haja grande número de leitores simultaneamente da grande imprensa e de jornais dito “alternativos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que algumas correntes teóricas entendam os movimentos sociais como expressões de disfunções no sistema social, compreendemos que, por representarem os conflitos existentes na sociedade, eles ampliam a politização da vida social. Na medida em que inserem demandas e discussões na esfera pública, os movimentos sociais adquirem importância para o aperfeiçoamento democrático, uma vez que “na vitória ou no fracasso” provocam mudanças nas relações políticas (GOHN, 1995, p. 42). Isso se deve muito ao fato de que organizações da sociedade civil conseguem melhor articular nos seus discursos as demandas da sociedade. Para, de fato, exercerem influência sobre a opinião pública e, assim, pressionarem os poderes formais, os atores da sociedade civil buscam conferir visibilidade midiática às suas falas. A construção do debate público hoje não depende de uma situação de co-presença dos indivíduos, já que a opinião pública recebe subsídios dos meios de comunicação para se formar.

Não queremos aqui reduzir os fatores que influenciam o debate público somente à mídia. Reconhecemos que elementos demográficos, predisposições, níveis de interesse, atenção e conhecimento, amplitude e heterogeneidade das redes de conversação são algumas das variáveis presentes na formação da opinião pública. Por isso, também, não procuramos prever como ela vai ser formulada, mas tão somente discutir como uma dessas variáveis, o jornalismo, pode contribuir para a construção de um efetivo debate público.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, percebemos que um tratamento mais adequado dos movimentos sociais passa não só pelas questões políticas que os envolve, mas também pelas questões culturais. Principalmente no Brasil, é importante considerar fatores como o autoritarismo presente nas relações sociais em geral, que se reproduzem em muitos produtos midiáticos como, por exemplo, algumas novelas. Para além do mito da objetividade, o jornalismo tem

uma responsabilidade social que extrapola a reprodução do que está dado e demanda uma posição crítica na sociedade.

Uma das formas de alcançar este objetivo é promover um tratamento plural da informação. Fontes da sociedade civil e especialistas devem ter voz para contrapor ou mesmo reafirmar os discursos das fontes oficiais. No que se refere aos fatos, a pluralidade é uma forma de, senão garantir, ao menos aumentar as chances de publicar informações confiáveis. Quanto às opiniões, recorrer a diversas fontes aumenta a qualidade das discussões levadas a público. Ao jornalista, supor simplesmente que seu público não tem aptidão para lidar com informações e opiniões mais densas é cair em um ciclo vicioso, que nada contribui para o aperfeiçoamento democrático.

Por outro lado, o adensamento das discussões na esfera pública passa por outros campos, que não só o jornalismo. Neste aspecto, é importante questionar, por exemplo, no que a educação pode contribuir para elevar a politização na sociedade. Até que ponto os cidadãos estão interessados pela coisa pública, a ponto de darem atenção à formulação de juízos políticos, é uma questão que certamente vai além das contribuições que o jornalismo pode oferecer.

Analisando o *Le Monde Diplomatique Brasil* percebemos que os textos têm um caráter fortemente argumentativo com relação à relevância pública das questões levantadas pelos movimentos sociais. As críticas apresentadas apontam não só os problemas, como também soluções, o que na maioria dos casos está ausente na grande mídia. Leitores de ambos os tipos de jornais evidentemente adquirem maior criticidade para discutir os temas coletivos, mas não podemos supor que todos os indivíduos tenham tempo ou disponibilidade material para fazer estas leituras.

Por isso, na imprensa diária, na televisão, no rádio ou na internet, pensamos ser necessária uma reflexão sobre formas de tratamento das questões de interesse coletivo, que superem as deficiências informativas e opinativas, seja

por não serem plurais ou por serem superficiais. Algumas construções do *Le Monde Diplomatique*, como por exemplo, um fato se desdobrar em uma análise, podem ser interessantes a esta reflexão. As fontes plurais e o adensamento das discussões podem contribuir também para a formação de um leitor mais informado e ao mesmo tempo mais cético, que busque outras fontes de informação.

Neste ponto, podemos dizer que iniciativas como os observatórios de imprensa adquirem importância para pressionar o jornalismo a ser responsável na apuração e apresentação das informações, além de cumprirem com seu papel social na democracia. Mais do que ser livre, a imprensa pode ser instrumento dos cidadãos para dar visibilidade não só aos poderes, como também às demandas da sociedade. É de uma relação transparente, plural e responsável entre opinião pública, poderes institucionais e jornalismo que depende a qualidade da democracia que queremos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil. Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200001&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 set. 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Liberalismo e democracia**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. **O futuro da democracia**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1982.

COSTA, Sérgio. Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 53, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2009.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: _____. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DIAS, Eurípedes da Cunha. Arqueologia dos movimentos sociais. In: GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas da pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; SOUZA, Alessandra Ribeiro; SILVA Karina Nogueira e. Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação político-política. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 12, n. 1, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2009.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 16, n. 46, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092001000200001&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 set. 2009.

FERNANDES, Adélia F. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público. In: **XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, Salvador, 2002. Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2_FERNANDES.pdf>. Acesso em: 27 mar. de 2008

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ I. M. G.; PINTO, M. J. (Org.) **Reprodução e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

_____. Esfera pública política e media II. **Anais do VII Encontro anual da Compós**, São Paulo, 1998b.

_____. **Transformação da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Direito e democracia** – entre facticidade e validade, v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a.

_____. **Direito e democracia** – entre facticidade e validade, v. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b.

_____. **Political Communication in Media Society** – does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. In: *Communication Theory*, v.16, p. 411-426, 2006.

_____. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Revista Líbero**, São Paulo, n. 21, p. 9-22, jun. 2008.

JAGUARIBE, Hélio. A democracia de Péricles. IN: JAGUARIBE, Hélio (Org.). **A democracia grega**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

KAUCHAKJE, Samira. Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 23, n. 3, set./dez. 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922008000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2009.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Org.). **Metodologia da pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LÖWI, Michael. A Escola de Frankfurt e a Modernidade. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 32, p.119-127, mar. 1992.
Disponível em: <<http://letrasuspdownload.blogspot.com/2009/10/texto-escola-de-frankfurt-e-modernidade.html>>. Acesso em: 11 out. 2009.

MAIA, Rousiley Celi. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. **Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Compós**, Rio de Janeiro, 2002. 16 p. Disponível em:
<<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2002.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

_____. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. **Comunicação apresentada no XII Encontro da Compós**, Porto Alegre, 2003. 22 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2008.

_____. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. **Trabalho apresentado no XV Encontro da Compós**, Bauru, 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2009.

MARSHALL T. H. **Cidadania , Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MIGUEL, Luís Felipe. Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação. **BIB**, Rio de Janeiro, v. 49, p.51-77, 2000.

_____. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. Dados: Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 45, nº. 3, p. 483-511, 2002a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n3/a06v45n3.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2009.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, v.56, p.155-184, 2002b.

_____. Modelos utópicos de comunicação de massa para a democracia. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v.22, nº. 3, p.129-147, 2004.

_____. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB**, São Paulo, v. 59, p. 5-42, 2005.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX-neurose**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIBEIRO, Renato Janine. **A república**. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. **A democracia**. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

ROSENFELD, Denis. **O que é democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHERER-WAREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, n.1, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922006000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 out. 2009.

_____. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY, Carla B. (Org.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Murilo César. Jornalismo e cidadania, em duas abordagens. **Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Estudos de Jornalismo”, do XVII Encontro da Compós**, na UNIP, São Paulo, SP, em junho de 2008.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. 2. ed. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

TEROSSI, Karen. Jornalismo e democracia. **Relatório final apresentado ao CNPq da bolsa PIBIC**, Bauru: 2008.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Vol.2. Florianópolis: Insular, 2005.

JORNAIS CONSULTADOS

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano I, n. 3, out. 2007.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano I, n. 4, nov. 2007.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano I, n. 5, dez. 2007.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano II, n. 6, jan. 2008.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano II, n. 7, fev. 2008.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano II, n. 8, mar. 2008.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano II, n. 9, abr. 2008.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano II, n. 10, mai. 2008.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano II, n. 11, jun. 2008.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano II, n. 12, jul. 2008.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano II, n. 13, ago. 2008.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. Ano II, n. 14, set. 2008.

Consulta eletrônica

<http://www.polis.org.br/>

<http://diplo.uol.com.br/>

<http://www.monde-diplomatique.fr/>